

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Geografia Eleitoral Portuguesa: Análise das determinantes do
sentido de voto em eleições legislativas entre 1980 e 2015

Diana Soraia Patrício Morais

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

[Outubro, 2016]

Agradecimentos

Somos feitos de retalhos. Coisas soltas da essência dos *outros*. Pouco daquilo que temos é verdadeiramente *nosso*. Ousar agradecer é admitir que, por instantes, não somos nós. Somos os outros. Somos produto do que queriam que fôssemos. Somos a imagem de quem deveríamos ser. Mantemos próximo quem nos é próximo. Quem tem uma essência semelhante. Quem nos compõe, que é como dizer, quem nos acrescenta sem o solicitarmos. Quem nos molda sem nos apercebermos. Quem nos torna mais *Nós*. Que nos une e nos capacita para enfrentar qualquer caminho e que assim nos permite *chegarmos sempre ao sítio aonde nos esperam*.

Dado o fim deste percurso e o início de outro, é a esse *Nós* que quero agradecer, consciente que por mais palavras que escreva, estas serão sempre poucas para demonstrar a minha gratidão.

À minha orientadora, Ana Belchior, pela disponibilidade em me acompanhar durante este processo e pelos comentários assertivos e sinceros que teceu relativamente ao meu trabalho.

Às minhas coordenadoras de estágio no SGMAI, Sónia Tavares e Maria João Rodrigues, pela forma como me receberam, me ajudaram e se preocuparam comigo neste período pós-estágio.

Aos meus colegas Francisco, Luís e Ricardo, por me terem proporcionado longas e incríveis conversas durante este dois anos. Por potenciarem a velha máxima de que *o saber não ocupa lugar* e que há sempre tempo para meia dúzia de ateus analisarem passagens da bíblia e outros livros que tal. Não posso deixar de fazer um agradecimento em particular à Mariana e ao Luís por terem sido mais do que meus colegas. Foram verdadeiros amigos e prontificaram-se em ajudar em tudo o que precisei.

Ao João e à Judy, por me terem recebido sempre com um sorriso e uma palavra amiga. A ti João, por demonstrares disponibilidade para tudo, inclusive para uma boa gargalhada.

À Barbara e à Carmo, pelas ausências e distanciamento a que este processo me obrigou.

Ao Pedro, meu amigo Rato, por ter percebido as faltas de comparência aos seus grandes eventos socioculturais. Por me transmitires parte da tua calma e pacatez num processo longo e difícil como este.

Ao João e ao Emanuel, *meus* irmãos. Por caminharem comigo há muito tempo e continuarem a fazê-lo, sem que o fator ‘distância’ entre na equação.

Ao Gonçalo, ao *meu* Gonçalo. Pela tua tão íntegra e característica alma barcelense e pela tão vincada maturação e racionalidade. A ti agradeço *tudo*. Soubeste ajudar-me a relativizar os meus pânticos e anseios, pautaste os meus dias de risos e sorrisos e completaste-me com toda a tua estabilidade. Com tudo isto, conseguiste aceder a um espaço tão restrito mas que rapidamente tão bem preenchestes de vermelho.

Ao meu avô Luís e a minha avó Alice. Por serem mais do que meus avós. Por me proporcionarem ter chegado até aqui mas, acima de tudo, por me terem alimentado sonhos e potenciado o gosto pela política.

Ao meu pai e à minha mãe, Albano e Manuela. A quem devo o que sou e o que sei. Por todo o amor, apoio e compreensão que tiveram comigo nesta altura tão complicada, por me ensinarem a olhar para o lado mais bonito da vida e por terem concebido a pessoa a quem dedico esta dissertação.

Ao Marcelo. Ao (mais que) meu irmão. Por quem o meu orgulho é infinito e por acreditar piamente que o mundo não está preparado para tão nobre essência.

Resumo

Em que medida a Geografia Eleitoral contribui para explicar o sentido de voto em Portugal entre 1980 e 2015? A presente pesquisa analisa o sentido de voto a nível dos municípios portugueses no período entre 1980 e 2015 baseada em dados agregados. A questão de pesquisa conduz a dois objetivos principais: primeiro, mapear a evolução do sentido de voto nos municípios portugueses no lapso temporal supracitado; e, segundo, testar a importância das variáveis geográficas – *Litoral/Interior*, *Norte/Sul* e *Urbano/Rural* – na decisão do voto nos 308 municípios em Portugal, em 12 eleições legislativas. Os resultados são reveladores: contrariamente ao debate teórico que apontava para um esbatimento das clivagens geográficas, a geografia eleitoral é preditora do sentido de voto ao longo do tempo: os municípios a norte votam tendencialmente no PSD e no CDS-PP, ao passo que municípios a sul votam tendencialmente no BE, PCP e PS; municípios situados no interior tendem a votar no PCP e PS, inversamente, municípios situados no litoral tendem a votar no BE, CDS-PP e PSD; e por fim, municípios urbanos tendem a votar no BE enquanto os municípios rurais tendem, a determinado momento, a votar no PSD.

Palavras-chave: geografia eleitoral; comportamento eleitoral; sentido de voto; clivagens Portugal

Abstract

To what extent does Electoral Geography help to explain the voting intention in Portugal between 1980 and 2015? This research analyses the voting intention at the level of Portuguese municipalities between 1980 and 2015 based on aggregated data. The research question leads to two main objectives: first, to map the evolution of the vote in the Portuguese municipalities in the above mentioned time lapse; and second, to test the importance of geographic variables - Coastal/Interior, North/South and Urban/Rural - in the voting decision of 308 municipalities in Portugal on 12 legislative elections. The results are revealing: in contrast to the theoretical debate that pointed to a blurring of geographical cleavages, electoral geography is a good predictor of voting intention in the time period: the northern municipalities tend to vote for PSD and CDS-PP, whereas southern municipalities tend to vote for BE, PCP and PS. Municipalities located in the interior tend to vote for PCP and PS, conversely, municipalities located on the coast tend to vote for BE, PSD and CDS-PP. Finally, urban municipalities tend to vote for BE while rural municipalities in recent years tend, to vote for PSD.

Keywords: electoral geography; electoral behavior; vote intention; cleavages; Portugal

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO.....	1
I. COMPORTAMENTO ELEITORAL	5
1.1. A GEOGRAFIA ELEITORAL ENQUANTO MODELO EXPLICATIVO DO VOTO	8
1.2. O CASO PORTUGUÊS: CONTEXTO PARTIDÁRIO, GEOGRÁFICO E ELEITORAL	12
1.2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	12
1.2.2. CONTEXTO GEOGRÁFICO E ELEITORAL	14
1.3. PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES	17
II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	21
2.1. MODELO DE ANÁLISE E OPERACIONALIZAÇÃO.....	21
2.2. DADOS E FONTES	25
III. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	27
3.1. A EVOLUÇÃO DO VOTO POR MUNICÍPIO DE 1980 E 2015.....	27
3.2. DETERMINANTES DO SENTIDO DE VOTO NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	28
FONTES	36
BIBLIOGRAFIA	38
ANEXOS	I
ANEXO A – CRITÉRIOS METODOLÓGICOS	I
ANEXO B – EVOLUÇÃO DO SENTIDO DE VOTO EM PORTUGAL.....	IV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 3.2.1. – Determinantes contextuais do sentido de voto nos municípios portugueses sem inclusão das variáveis de controlo.....	29
Quadro nº 3.2.2. – Determinantes geográficas do sentido de voto nos municípios portugueses com inclusão das variáveis de controlo.....	30
Quadro nº 3.2.3. – Efeito do Ano Eleitoral na relação entre as variáveis geográficas na percentagem de voto nas forças partidárias.....	32
Anexo A2. – Constituição das Regiões Eleitorais.....	I
Anexo A3. – Constituição das Clivagens.....	II
Anexo A4. – Fontes dos dados obtidos para a formulação da Base em SPSS.....	II

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Modelo de Análise, elaboração própria.....	21
ANEXO B – Evolução do Sentido de Voto em Portugal.....	IV

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AÇ	Região Autónoma dos Açores
AD	Aliança Democrática
ALENT	Alentejo
ALG	Algarve
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Área Metropolitana do Porto
BE	Bloco de Esquerda
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
CEE	Comunidade Económica Europeia
CLIT	Centro Litoral
EDPR	Estimativas Definitivas da População Residente
EPPR	Estimativas Provisórias da População Residente
INE	Instituto Nacional de Estatística
INKSCAPE	<i>Software</i> de edição de imagem
MAD	Região Autónoma Madeira
NCINT	Norte e Centro Interior
NLIT	Norte Litoral
PàF	Coligação entre o PSD e o CDS-PP em 2015
PCP	Partido Comunista Português
PORDATA	Dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSD.CDS-PP	Coligação dos partidos PSD e CDS-PP
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (Antigo STAPE- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral)
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i> v.23 (software)
VD	Variável dependente
VI	Variável Independente

INTRODUÇÃO

Uma das linhas de estudo sobre o sentido de voto tem apostado na dimensão geográfica enquanto fator explicativo. A geografia do voto envolve um mapeamento dos resultados eleitorais a nível territorial por forma a compreender os padrões revelados (Taylor e Johnston, 1979: 107). Entender esses padrões implica não só a análise dos dados eleitorais como também da influência do contexto social e geográfico de cada município (região a que pertence, proximidade ao mar, etc.) nos resultados. Ou seja, estudar geograficamente as eleições pode elucidar sobre as singularidades do comportamento eleitoral de um determinado local (Agnew, 1990; Johnston, 2005; Johnston *et al.*, 1990).

A geografia eleitoral enquanto modelo explicativo do voto que interliga as dinâmicas e os resultados eleitorais de cada região com as características geográficas e sociodemográficas subjacentes, permitindo explorar novos domínios relativamente à compreensão do sentido de voto. Contudo, o foco dos estudos sobre o tema é disperso. O comportamento eleitoral abrange várias áreas de investigação como a participação/abstenção, o sentido de voto, entre outros, onde a análise do voto sob uma perspectiva geográfica não é constituída um modelo preditor ou, se é, não é salientado devidamente.

Em Portugal, a grande referência neste ramo é Jorge Gaspar, que avaliou o sentido de voto em Portugal de acordo com a geografia do voto. Contudo, a sua pesquisa foi realizada no início da década de 80 e finais de 90 e, por isso, não contempla a atualidade. Reside aqui a primeira lacuna sobre os estudos eleitorais em Portugal: não se sabe em que medida os padrões detetados na pesquisa de Jorge Gaspar (1984) se mantiveram até à atualidade. O segundo problema verificado diz respeito à abordagem e enfoque dos estudos eleitorais. Embora alguns dos estudos ao nível nacional sejam suportados em dados agregados, o foco da pesquisa incide sobre outras áreas do comportamento eleitoral, não coincidentes com o sentido de voto¹. Existem poucos

¹ Os estudos realizados até ao momento, que recorrem à geografia eleitoral para explicar o comportamento eleitoral, têm um enfoque diferente do sentido de voto, da unidade de análise ou das eleições em que se baseiam comparativamente com os propósitos desta pesquisa. Exemplos desses estudos dissemelhantes são: o impacto das clivagens tradicionais sobre o voto dos portugueses (Freire, 2001a); análise da distribuição espacial do voto por distrito/município na participação/abstenção/votos em branco (Gaspar e Vitorino, 1976); distribuição espacial do

estudos relativos ao sentido de voto alicerçado na geografia eleitoral em Portugal. As pesquisas existentes testam, na sua grande maioria, as determinantes sociodemográficas do sentido de voto em Portugal segundo uma abordagem geográfica.

Este problema não é um problema específico do caso português. Apesar de, tradicionalmente, a pesquisa sobre o sentido de voto contemplar a dimensão geográfica (Lipset e Rokkan, 1967), esta tem sido contemplada a nível micro (individual), sendo a análise a nível agregado, de que é exemplo a pesquisa sobre a geografia eleitoral, comparativamente menor. Os trabalhos desenvolvidos sobre a geografia eleitoral são escassos e a sua análise agregada é dispersa².

Dado que, como antes referido, não existem dados que permitam compreender como evoluiu a explicação do sentido de voto em Portugal sob a perspectiva da geografia eleitoral, torna-se necessária uma observação longitudinal, desde o pós- democratização até aos dias de hoje, que saliente os principais momentos e defina as determinantes que pautaram a decisão do voto sob essa perspectiva ao longo do período democrático português. Nesse sentido, a pergunta de partida estabelecida para a presente investigação é “Em que medida a geografia eleitoral é explicativa do sentido de voto em Portugal de 1980 a 2015?”. Posteriormente, pretende averiguar-se que fatores geográficos são determinantes na decisão de voto nos municípios portugueses.

As potenciais justificações para o declínio da geografia eleitoral como preditora de comportamentos eleitorais seguiram duas direções: a primeira, relacionada com a falta de coerência nos estudos – que se suportavam na economia e na questão das fronteiras da própria geografia eleitoral, ignorando uma panóplia de problemas que cada vez mais assumia relevância, como por exemplo, a instabilidade política em nações estáveis, a competição entre o *Este* e o *Oeste*, entre outros (Taylor e House, 1984: 13-14); a segunda assentava na dimensão territorial, de como é exemplo o caso português – espaço territorial

voto segundo eleições autárquicas (Gaspar *et al.*, 1982); dinâmica do sistema partidário segundo regiões eleitorais (Aguiar, 1994).

² Para estudos realizados sobre a geografia eleitoral cujo enfoque não é o sentido do voto ver, por exemplo: Bush e Reinhardt (2005) que fizeram uma análise distrital do voto segundo a concentração geográfica da indústria na Europa; Siegfried (1913,1995) que analisou a influência da geologia no voto dos franceses; Tingsten (1937) analisou a tendência de voto, ao nível distrital, em determinados grupos sociais na Suécia; Justel (1995) fez uma análise agregada da variação dos níveis de abstenção nas províncias e cidades e, posteriormente, uma análise individual do comportamento abstencionista a partir de resultados eleitorais.

reduzido pode indiciar maior homogeneidade nos comportamentos, logo, potencia um possível desinteresse em estudá-lo.

Apesar de a dimensão territorial portuguesa ser uma possível justificação para a escassez de estudos com esta abordagem, a observação de uma relativa heterogeneidade inter-regional no comportamento eleitoral português, prevalente no tempo, justifica o seu estudo e a averiguação sobre a existência efetiva de padrões explicativos do voto assentes em variáveis geográficas.

Apoiando-se na abordagem da geografia eleitoral, o presente trabalho propõe uma análise longitudinal realizada ao longo de 12 eleições legislativas em Portugal, de 1980 a 2015, sustentada em dados agregados ao nível de município. O primeiro objetivo do mesmo é mapear a evolução do sentido de voto nos municípios portugueses de 1980 a 2015 e, o segundo, testar a influência das variáveis geográficas no sentido de voto nos municípios portugueses, controlando por um conjunto de outras variáveis usualmente integradas nos modelos explicativos do voto ao nível micro.

Para esta análise, são usados dados das eleições legislativas portuguesas entre 1980 e 2015. As eleições legislativas são entendidas como o meio de cristalização dos interesses políticos na sociedade, e por isso compreendidas como mecanismos de decisão do eleitorado (Dalton, 1996: 319). A escolha das 12 eleições em estudo deve-se tanto à disponibilidade dos dados como à pertinência científica. O processo de transição para o regime democrático em Portugal é relativamente recente, comparativamente a outras democracias, e foi fundamental para a modelação do comportamento eleitoral. O lapso temporal que data o início do processo de democratização portuguesa (1975) até ao final da década de 70, é um intervalo de “consolidação do novo regime democrático (...) um processo de reconstituição do estado” marcado pela “superação lenta e gradual” após a “saída da crise revolucionária” (Santos, 1984: 22). É entendido como uma fase de adaptação ao novo regime e sistema partidário e ser justificação para não analisar esse período temporal (1975-1979). Por essa razão, mas também por limitações que se prendem à disponibilidade de dados, se opta por iniciar a análise em 1980.

Os dados agregados reunidos para esta pesquisa e para a construção do modelo explicativo do voto foram recolhidos no INE, PORDATA e SGMAI de acordo com a unidade de análise no presente trabalho – o município.

A estrutura desta dissertação apoia-se em três capítulos. O primeiro capítulo, inicia dando enfoque à importância dos estudos eleitorais, e especificando os principais

modelos explicativos do comportamento eleitoral que foram surgindo nas democracias ocidentais. Posteriormente aborda a geografia eleitoral enquanto área de estudo e modelo explicativo do voto. Seguidamente, apresenta-se um breve enquadramento teórico institucional, eleitoral e geográfico português: primeiro, a influência da democratização no comportamento eleitoral, a constituição do sistema partidário nacional e características-chave dos partidos principais; num segundo ponto, a problemática dos estudos na área da geografia eleitoral relativamente ao estudo do comportamento eleitoral português, a relevância dos estudos encetados por Jorge Gaspar enquanto precursor na análise da distribuição espacial do voto nas diferentes regiões portuguesas; e por último, uma apresentação das principais conclusões dos estudos sobre o comportamento eleitoral com base em dados de natureza variável e a planificação dos objetivos da pesquisa. Antes de terminar o primeiro capítulo serão abordados mais dois tópicos: a problematização do tema de investigação com base na revisão da literatura e a consequente formulação de hipóteses.

O segundo capítulo diz respeito à metodologia adotada na investigação: edificação do modelo analítico que a investigação pretende seguir; seleção e tratamento de dados, mensuração das variáveis, o tipo de análise escolhida e os procedimentos estatísticos que irão ser realizados.

O terceiro capítulo visa analisar e interpretar os resultados obtidos pela análise dos mapas de distribuição do voto e pelos procedimentos estatísticos descritos no capítulo anterior.

I. COMPORTAMENTO ELEITORAL

O presente capítulo aborda a importância dos estudos eleitorais apresentando, primeiramente, uma síntese do debate teórico que tem sido feito em torno dos principais modelos explicativos do comportamento eleitoral, e num segundo ponto, terá enfoque a geografia eleitoral enquanto modelo explicativo do voto menos utilizado em Ciência Política. Posteriormente à exposição da base teórica do comportamento eleitoral, será abordado o caso português, o que foi estudado da explicação do voto segundo a geografia eleitoral e as suas limitações.

Os presentes modelos pretendem explicar a escolha eleitoral dos cidadãos, dado o sistema político ser pautado pela complexidade e dificuldade dos mesmos em obterem informação para a tomada de decisão (Dalton e Wattenberg, 1993:193).

Os estudos pioneiros sobre a explicação empírica do voto iniciaram na Universidade de Columbia (EUA) em 1940, encetados por Lazarsfeld, e tiveram como suporte as sondagens de opinião (Santo, 2006). O objetivo fundamental era medir as possíveis alterações na intenção de voto dos indivíduos durante o decurso de uma campanha eleitoral (Bartels, 2008). Este modelo, mais comumente designado por modelo sociológico do voto, atribuía especial relevância aos efeitos do contexto social nas atitudes dos indivíduos e na sua escolha eleitoral. Ou seja, o sentido de voto do indivíduo relacionava-se com o nível de recursos (educacionais e culturais) que possuía e que, por conseguinte, condicionava a forma como analisava e lidava com as diversas situações políticas (Berelson *et al.*, 1954; Fernandes, 2002).

A investigação desenvolvida posteriormente na Universidade de Michigan expôs uma nova referência, possivelmente, de maior influência nos estudos eleitorais. Campbell e Kahn (1952) conduziram uma pesquisa de âmbito nacional com o propósito de avaliar o interesse e orientação política dos inquiridos, mediante a avaliação da intenção dos mesmos em votar na próxima eleição presidencial e o partido político preferido. Com esse propósito, foram avaliadas características pessoais, atitudinais e demográficas dos votantes, considerando o efeito dos fatores psicológicos, sociológicos e políticos enquanto determinantes do voto. Comparativamente com os resultados de Lazarsfeld, este modelo apelidado de sociopsicológico do voto, evidenciava diferenças expressivas. Este modelo preconizava o seguinte: que havia um suporte psicológico na génese da identificação partidária, isto é, que o voto enquanto ato individual, se ancorava em fatores

psicológicas dos indivíduos (Campbell *et al.*, 1960: 64); que o partido tinha grande relevância nas decisões de voto, uma vez que a identificação partidária se torna no elo de ligação entre os grupos sociais e o sistema político e partidário; concluíram também que o indivíduo enquanto unidade de análise e a socialização do mesmo reforçam o facto de ele seguir uma determinada tendência partidária; e, por último, coincidindo com os estudos da Universidade de Columbia, também este estudo evidenciou a fraca competência do eleitor (Santo, 2006: 203-204).

A introdução de novas metodologias e instrumentos de pesquisa também potenciaram progressos no domínio da investigação em Ciência Política. A aplicação da teoria da escolha racional à decisão política, de que Anthony Downs (1957) foi precursor, surge com uma nova abordagem para a explicação do comportamento eleitoral com base na racionalidade individual. Neste modelo é postulado que os eleitores estão libertos de determinações sociológicas e psicológicas e atuam intencionalmente com vista à maximização dos seus interesses e ganhos, e minimização de custos (1957: 6-7). As escolhas eleitorais são feitas de acordo com os temas políticos (*issue voting*) e seguem uma lógica de racionalidade económica, isto é, otimizam os recursos disponíveis com vista a alcançar os seus objetivos. Downs não nega influências psicológicas ou sociológicas, simplesmente não as insere na sua análise (Downs, 1957: 8).

Nos anos 70, quando a volatilidade eleitoral alcançou níveis históricos tanto nos EUA como na Europa, este último modelo começa a ser posto em causa. Até esta altura, a generalidade dos estudos sugeriam que a classe tinha um efeito preponderante no comportamento eleitoral. Lipset e Rokkan (1967: 47) defenderam a existência de processos de diferenciação social oriundos da revolução nacional e industrial que produziram um conjunto de clivagens políticas e de valores que modelaram o sistema partidário do mundo ocidental. Nesse sentido, os autores criaram o modelo social de clivagens que organizava o alinhamento dos eleitores consoante o posicionamento dos mesmos na estrutura social – *Centro/Periferia, Urbano/Rural, Capital/Trabalho e Igreja/Estado*³. O que diferenciava os eleitores na estrutura social prendia-se não só com

³ Segundo Lipset e Rokkan, o sistema partidário nos países da Europa ocidental refletia clivagens históricas originárias na revolução nacional - “*Center-Periphery: national vs. supranational; State-Church: secular vs. religious control of mass education*” - e na revolução industrial – “*Land-Industry: control vs. freedom for industrial enterprise; Owner-Worker: integration into national Polity vs. commitment to international revolutionary movement*” (Lipset e Rokkan, 1967: 47). As clivagens centro/periferia (*Center-Periphery*) e rural/urbano apontam já para a

o sistema de valores como também com interesses socioeconómicos, o que conduzia à decisão do voto diferenciada.

As clivagens tradicionais foram perdendo gradualmente poder na explicação do voto nas democracias representativas das sociedades ocidentais. Este panorama acentuou-se com o decréscimo da participação eleitoral, o aumento da volatilidade eleitoral, o aparecimento de novos partidos políticos, a entrada de novos assuntos nas agendas políticas, a reestruturação política e ideológica dos partidos tradicionais, as novas formas de participação e o surgimento de novos movimentos sociais (Freire, 2001a).

No final dos anos 60 surgiu uma corrente de contestação ao modelo de Michigan destacada na obra *The Changing American Voter* de Nie, Verba e Petrocik (1976) que reportava um crescente aumento do poder explicativo do nível de competência do eleitorado na explicação do voto (e uma conseqüente diminuição do poder explicativo da identificação partidária). Por outras palavras, os autores defendiam que eleitores mais instruídos e informados tenderiam a avaliar o diferente posicionamento dos candidatos acerca das temáticas mais relevantes na campanha eleitoral, votando naqueles que estivessem mais próximos das suas posições políticas. Uma possível justificação dessa nova postura dos eleitores advinha, por um lado, do individualismo e autonomização das sociedades. Pressupondo assim, uma adaptação do voto do eleitor racional às grandes questões políticas, sociais e económicas do momento, potenciando, por outro lado, uma maior volatilidade nas suas escolhas e um maior desprendimento das predisposições psicológicas e/ou de clivagens sociais.

explicação do voto pela dimensão geográfica. A primeira reporta-se à existência de comunidades étnicas, linguísticas e religiosas que existiriam nas províncias periféricas, ao passo que o centro teria uma etnia, religião e língua dominantes. Os exemplos dados pelos autores são os católicos na Alemanha, os protestantes em França e os escoceses no Reino Unido. Esta clivagem em Portugal é menos vincada, uma vez que é tendencialmente um país homogéneo sob a ótica religiosa, linguística e étnica. A segunda clivagem, Estado/Igreja (*State-Church*) opunha uma igreja que almejava controlar a espiritualidade do homem e a educação das crianças; e forças seculares que assumiam a educação como sendo um meio de construção da cidadania que estreitava a relação entre os cidadãos e o Estado (Lipset e Rokkan, 1967: 183). A terceira clivagem rural/urbana (*Land-Industry*) relaciona-se com a formação de partidos agrários na defesa dos interesses rurais e partidos liberais em áreas urbanas. A quarta e última clivagem (*Owner-Worker*) refere a oposição entre trabalhadores e proprietários/patrões (reivindicação de direitos face a baixos salários, alienação social a que estavam submetidos, insegurança contratual, entre outros).

Na sequência deste período de contestação, o contributo de Inglehart (1977) retoma a ideia de uma associação entre a vinculação ideológica e a tradicional transmissão geracional (1977: 181-184), concomitante com o aumento dos níveis médios de escolaridade. O autor concluiu também que existiam alterações nas “prioridades básicas de valores das gerações, como resultado da mudança de condições de influência da sua socialização básica” sendo que os novos valores estão associados ao aumento da escolaridade (Inglehart, 1971:991). Inglehart argumenta que à medida que as sociedades se desenvolvem ocorre um despontar de novos valores (pós-materialistas) em oposição aos valores materialistas predominantes no passado. Antes da *Revolução Silenciosa*: à esquerda, existia um enfoque na luta por aumentos salariais, subsídios de desemprego, igualdade económica e segurança social; já a direita, focava-se na defesa da lei e ordem, controlo da inflação, defesa nacional e crescimento económico. Após esta *revolução*, nasce uma esquerda preocupada com os valores ambientais, direitos dos animais, das minorias e das mulheres, ao passo que à direita, nasce uma preocupação com a imigração, a heterogeneidade populacional e a expansão dos estilos de vida alternativos. Assim, os partidos de esquerda pós-materialistas obtêm o apoio eleitoral por parte da classe média alta, ao passo que as classes baixas transferem algum apoio para a direita pós-materialista (1977: 179-180).

Em suma, os valores dos indivíduos são apontados como a principal explicação do voto. À semelhança dos modelos apresentados anteriormente, o contributo de Inglehart também tem sido criticado (ver, por exemplo, Harding e Philips, 1986; Davis e Davenport, 1999; Clarke *et al.*, 1999). Contudo, nas explicações sobre o sentido de voto a nível micro estes modelos são frequentemente testados, no seu todo ou em parte.

1.1. A GEOGRAFIA ELEITORAL ENQUANTO MODELO EXPLICATIVO DO VOTO

A geografia eleitoral enquanto abordagem de investigação do comportamento eleitoral remonta ao início do séc. XX. Entre todos os modelos explicativos das decisões de voto, este parece estar entre os que têm menor enfoque nos estudos eleitorais. Todavia continua a demarcar-se enquanto subdomínio da geografia política por ser “uma área de análise que procura o estudo da relação entre condições diversas, de ordem geográfica, social, histórica, económica e religiosa, inerentes a cada região considerada e a direção ideológica e partidária da mesma, tendo por base uma sustentação geográfica que se torna estruturante em termos analíticos” (Santo, 2006: 197).

Foi através de André Siegfried, com a publicação da obra *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* em 1913, que a geografia eleitoral começou a adquirir notoriedade pelo reconhecimento da dimensão espacial das eleições. Este autor “acabou com o isolamento da geografia eleitoral relativamente às outras ciências sociais” (Taylor e House, 1979: 13). Contudo, como o seu estudo de caso era “reductor e lidava com processos dentro da própria nação”, foi considerado marginal, isto é, “fora da geografia política *mainstream* baseada na análise dos estados” (Taylor e House, 1979: 13)⁴. O autor procurou perceber a associação entre características físicas da França Ocidental e padrões de votação estudando não só os resultados eleitorais de uma determinada região “mas também os motivos que caracterizavam as diferenças ideológicas entre grupos de cidadãos localizados em diferentes áreas”. (Santo, 2006: 198). Em França (Vendée), Siegfried encontrou ligação entre a formação geológica (qualidade do solo e tipo de rocha) com o voto. Segundo ele, *le granite vote à droite, et le calcaire vote à gauche*⁵. Ou seja, a região de predominância granítica dominava no Norte, uma área tipicamente rural, de baixa densidade populacional, de influência católica acentuada, com correspondência do voto à direita. Inversamente, a região de predominância calcária pertencia ao Sul, característica pela menor influência religiosa e maior densidade populacional, onde o voto era à esquerda (Siegfried, 1995).

Fora do contexto francês, Herbert Tingsten (1937) analisou, por distrito, dados sociais e eleitorais de capital sueca. Comprovou existir uma forte correlação entre os eleitores pertencentes à classe trabalhadora e o apoio a partidos de esquerda a nível distrital. Este autor acabou por concluir que, quanto maior fosse a classe trabalhadora num determinado distrito, maior seria o apoio ao partido socialista sueco. Tingsten foi bastante importante do ponto de vista metodológico, uma vez que realizou uma análise ecológica⁶ desses dados sociais e eleitorais, uma técnica que veio integrar a geografia eleitoral posteriormente. Este tipo de análise distinguia-o de Siegfried que seguia uma análise mais focada na metodologia cartográfica, como era característico da geografia eleitoral francesa⁷.

⁴ Tradução própria

⁵ “O granito vota à direita, e o calcário vota à esquerda” (tradução própria)

⁶ Uma análise ecológica é uma análise baseada em dados agregados.

⁷ Esta metodologia cartográfica tem também como exemplo a obra de Martin (2008) que analisou as eleições presidenciais em França desde 1965, a partir dos resultados eleitorais e de mapas.

O período do pós-guerra acarretou mudanças sociais que, não só alteraram a estrutura do eleitorado, como levaram muitos teóricos a reverem os seus trabalhos. Os estudos dos anos 50 e 60 tiveram um forte período de crítica nos anos 70: eram estudos que tendencialmente explicavam fenómenos estáveis, excluindo a conflitualidade político-social⁸ (Taylor e House, 1979: 16).

A abordagem adotada na maioria dos modelos do comportamento eleitoral seguia, gerou críticas por parte de alguns autores. Johnston e Pattie (2006: 40-62) criticavam o facto de, na maioria desses modelos, a escolha do eleitor por um determinado partido ser influência da classe social a que pertencem (modelo sociológico) ou pela sua avaliação da situação político-económica (teorias da escolha racional). Estes autores defendem uma abordagem geográfica, em que os indivíduos são influenciados pelo meio onde se inserem. Não negam que os indivíduos de uma determinada classe social sejam mais propensos a escolher um determinado partido, apenas defendem que esse apoio pode ser mais evidente em determinadas áreas geográficas e mais dúbio noutras. Sumariamente, o contexto social inerente à geografia eleitoral determina em grande medida o comportamento eleitoral é relevante na geografia eleitoral. O local (*lugar*) tem relevância na formação das atitudes e comportamentos políticos, assim como as dimensões territorial (município, distrito, etc.) e política (eleições legislativas, autárquicas, etc.) em que são analisadas as eleições (Agnew, 1987). Apesar da sua importância, a abordagem da geografia eleitoral assume uma relevância marginal na explicação do comportamento eleitoral. Uma das justificações prende-se com o facto desta área de investigação relevaram os efeitos locais no comportamento eleitoral e no mapeamento convencional das eleições, que implica “uma separação ontológica do espaço e sociedade” (Agnew, 1996: 129). Para o efeito, Agnew (1996:129) elaborou o conceito “contexto como lugar” que abandona a identificação tradicional do *contexto* como escala geográfica única (local) e, deste modo, colmata o fosso existente entre a análise política e geográfica.

Trujillo e Ortega (2015: 145-146) concluem recentemente que “A relação entre o tipo de *habitat* e o comportamento eleitoral tem sido e continua a ser ambígua”. A

⁸ Nesse seguimento, os autores acrescentam ainda que “o mundo em que vivemos será um mundo de competição entre ideologias e sistemas de sociedade até à morte, e as pessoas reivindicam compreende-lo usando modelos que ignoram a violência, os distúrbios, as mudanças, que são precisamente aquilo que compõe o mundo” (Taylor e House, 1979:16) (tradução própria).

ambivalência cunhada na relação entre o *habitat* e o comportamento eleitoral tem para os autores fundamentação metodológica e teórica. Os diferentes períodos em que ocorrem os estudos, as dissemelhanças na seleção e definição da unidade territorial, o tipo de abordagem usada, os diferentes tipos de eleições analisadas podem ter gerado, de algum modo, estes antagonismos nos resultados dos estudos da geografia eleitoral.

Os diversos paradigmas de explicação do voto que seguem uma abordagem individual dos dados (sociológico, psicológico, racional) sugerem que a relação controversa entre o tipo de *habitat* e comportamento eleitoral espelha a multiplicidade de atributos sociais e psicológicos dos eleitores e a variabilidade de processos sociais. No entanto, a existência de várias abordagens e seleções de casos, são tentativas de captação da realidade e, ao mesmo tempo são decisões conceptuais que precisam de ser estabelecidas nas investigações (Agnew, 1990).

Partindo do individualismo metodológico implícito nesses modelos do comportamento eleitoral não geográficos, o que se assume é que os padrões de voto diferenciados nos diversos *habitats* resultam da agregação das características individuais dos habitantes. Por outras palavras, apesar de os modelos de comportamento eleitoral serem diferentes entre si, a semelhança evidente entre eles é a assunção de que a relação entre o tipo de *habitat* e o comportamento eleitoral resulta da composição socioeconómica dos habitantes (Trujillo e Ortega, 2015: 147). Isto revela um problema, porque a caracterização socioeconómica dos indivíduos difere da caracterização económica do local: a economia não é uniforme nas várias regiões do país. Segundo Pattie *et al.* (1997: 148) as economias regionais e locais desenvolvem-se por caminhos diferentes, uns tendem à recessão e outros ao desenvolvimento. Logo, o modo como os eleitores avaliam os partidos políticos para uma posterior decisão do voto, pode estar dependente não só do modo como veem a economia nacional e as suas circunstâncias pessoais, como também do estado da economia da sua localidade.

Em suma, o que se denota da literatura sobre a geografia eleitoral é que existe um desinvestimento tanto da geografia como da ciência política nesta área, e que estará na origem desta ambiguidade na relação entre o local (geografia) e o comportamento eleitoral (ciência política). A própria literatura evidencia essa divisão (Ethington e McDaniel, 2007): de um lado os cientistas políticos (como por exemplo, Baybeck e Huckfeldt, 2002), defensores de que o contexto estabelecido pela interação social influencia o comportamento eleitoral; do outro lado, os geógrafos políticos (como por

exemplo, Johnston e Pattie, 2006), defensores de que o contexto geográfico exerce maior influência do que a interação social.

1.2. O CASO PORTUGUÊS: CONTEXTO PARTIDÁRIO, GEOGRÁFICO E ELEITORAL

O que se pretende nesta secção é um enquadramento teórico, institucional e eleitoral com enfoque na geografia política em Portugal. O objetivo é, numa primeira fase, elucidar sobre as transformações ocorridas no sistema partidário português após a democratização, enunciando quais os partidos que se destacaram, o seu fundamento ideológico e a sua base de apoio para uma melhor compreensão da sua distribuição geográfica. Numa segunda fase, o sentido de voto e as configurações do sistema partidário serão caracterizadas segundo uma abordagem geográfica e longitudinal.

1.2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O sistema partidário nacional tem sido controlado, desde a Revolução dos Cravos, por quatro partidos políticos, os únicos que obtiveram assento parlamentar com a democratização: à direita, o Partido de Centro Democrático (CDS-PP), no centro-direita o Partido Social Democrata (PSD); no centro-esquerda o Partido Socialista (PS); à esquerda do PS, o Partido Comunista (PCP) (Aguiar, 1994; Jalali, 2008; Lisi, 2011; Freire, 2005)⁹. É de realçar o aparecimento em 1999 de outro partido na esquerda – o BE – situado à esquerda do PS, que veio reconfigurar o sistema partidário – Bloco de Esquerda (BE).

⁹ As siglas de cada partido seguiram a adoção do SGMAI na publicação dos Atlas eleitorais de cada legislatura. O objetivo é simplificar a associação das siglas aos partidos por parte do leitor. Assim, o PCP representa a FEPU (1976-78), APU- Aliança Povo Unido (1978-87), CDU (1987-89) e PCP-PEV (1989 até à atualidade); o PSD representa o PPD (1974-1976) e o PPD/PSD (1976- até à atualidade); o PS (designação que tem mantido até a atualidade); o CDS-PP representa o CDS (1974-1993) e CDS-PP (1993- até à atualidade). É de realçar que entre estes partidos também houve outras coligações. Destacam-se a AD- Aliança Democrática (1979-83): coligação entre o PSD, o CDS e pelo Partido Popular Monárquico (PPM); a FRS- Frente Republicana e Socialista (1980-82): coligação entre o PS, União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e Acção Social-democrata Independente (ASDI); e a PàF – Portugal à Frente (2015): coligação entre o PSD e o CDS-PP.

Ao longo dos anos, o sistema partidário português demonstrou uma competição partidária centrada na dualização entre PS e PSD, que parece ter sido fortalecida a partir dos anos 80 (ver por exemplo, Lobo, 1996: 1086-1099; Lobo, 2001: 644; Freire, 2001a: 2-3, 12; Freire, 2005: 84). Apesar da dinâmica competitiva, estes dois partidos têm cooperado nas decisões mais importantes como a adesão à Comunidade Económica Europeia (Jalali, 2003: 550; Aguiar, 1994; Mair, 1997: 14; Caetano *et al.*, 2005; Lisi, 2011: 38). Outra singularidade é a exclusão recorrente do PCP do governo desde 1975 (por exemplo, Guedes, 2012; Jalali, 2003; Aguiar, 1994; Lisi, 2011; Freire, 2005; Pereira, 2016), à exceção do governo que entrou em funções na sequência das eleições legislativas de 2015 (Fernandes, 2016)¹⁰.

Na sua génese, o PS e o PSD destacam-se por serem partidos *catch-all*, “por possuir orientações ideológicas muito mais vagas (...) cujo intuito principal é o de maximizar votos, ganhar eleições e governar” (March e Freire, 2012: 111; ver também, Machado, 2008).

O PCP, de todos os partidos, é o mais paradoxal por várias razões. Primeiro, teve um papel anti sistémico durante o pós- 25 de Abril (Jalali, 2003: 550; Lisi, 2011: 121); segundo, de todos os partidos, é o que aglomera maior militância mobilizada e bases sociais de apoio mais sólidas e claramente definidas: “particularmente o operariado da cintura industrial de Lisboa e os trabalhadores agrícolas das grandes propriedades alentejanas” (Jalali, 2003: 552; ver também Gaspar *et al.*, 1984: 91). Contudo tem demonstrado uma incapacidade em atrair e integrar novos eleitores (ver, por exemplo, Lisi, 2011: 83). Internamente, existem duas fações: de um lado, uma procura pela moderação e flexibilidade ideológica (Renovadores); do outro lado, essa moderação

¹⁰ As eleições legislativas de 2015 que tiveram outros contornos. Os resultados das eleições de 4 de Outubro de 2015 ditavam vitória para a PàF (coligação PSD/CDS-PP) por ter tido mais votos. Contudo, obtinham apenas maioria relativa, não tendo conseguido apoio parlamentar maioritário para iniciar funções. Entretanto, o PS, BE e PCP-PEV chegam a acordo e juntamente com o deputado eleito do PAN, apresentam moção contra o programa de governo de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas (PSD/CDS.PP), que acabou por ditar a queda do governo. Impossibilitado de convocar eleições antecipadas por estar a exercer os últimos meses de mandato ou de dissolver a Assembleia, Cavaco Silva, após reunião com os partidos, indigita António Costa para primeiro-ministro. Este governo é reconhecido como “governo de esquerda” ou “geringonça” (como designou, em tom depreciativo, Paulo Portas, líder do CDS-PP – “isto não é bem um Governo, é uma geringonça”). Para uma informação mais detalhada, ver Borga (2015).

torna-se impossibilitada pois implica regeneração da identidade do partido (Ortodoxos) (Jalali, 2003: 552; Lisi, 2011: 68-69)¹¹.

Outra tendência que se tem vindo a verificar é o enfraquecimento dos partidos¹² situados mais no extremo do espectro ideológico (PCP e CDS-PP) em detrimento dos partidos centristas (PS e PSD) (Jalali, 2003: 559). No entanto, estes partidos parecem procurar aproveitar essa condição para tentar “atrair o *voto de protesto* em relação à política dos partidos do chamado *bloco central*” (Lisi, 2011:259).

O partido mais recente, o BE, diferencia-se dos restantes partidos por “ter apresentado uma agenda inovadora, enfatizando temas pós-materialistas *típicos*, como por exemplo, a igualdade de género, a despenalização das drogas ou questões ambientais” (Lisi, 2011: 59). Comparativamente ao PCP, o Bloco de Esquerda empenha-se “numa política unitária, abrangente e de convergência, muito ambiciosa porque quer transformar a esquerda” (March e Freire, 2012: 158) e dirige-se, acima de tudo, a “classes médias assalariadas, aos estudantes, às minorias (...) bem como aos novos movimentos sociais” (March e Freire, 2012: 159).

1.2.2. CONTEXTO GEOGRÁFICO E ELEITORAL

A generalidade dos estudos sobre o comportamento eleitoral em Portugal surge no período posterior à democratização. Até esse momento, o país vivia sob o regime ditatorial vincado pela *ignorância e submissão* (Teixeira e Azevedo, 2008: 41) e, a nível político, pelo *sufrágio limitado, a coerção e a fraude eleitoral* (Jalali, 2003: 546). Este tipo de regime primava pela “exclusividade de um partido, o aparelho repressivo e paralelamente a legislação eleitoral [concorriam] para a obtenção de largas maiorias, através da anulação das forças oposicionistas; nestas condições os atos eleitorais [tinham] um significado restrito, embora bem preciso e [correspondiam] sobretudo a *rituais de confirmação*” (Gaspar *et al.*, 1984:148).

Apesar de a geografia constituir uma variável explicativa do comportamento eleitoral, em Portugal, a pequena extensão territorial e a sua demarcação administrativa,

¹¹ Estas divisões internas “emergiram ainda antes da crise do comunismo com a derrota eleitoral nas legislativas de 1987” onde “alguns dirigentes manifestaram publicamente a necessidade de o PCP mudar os seus estatutos e o programa, pedidos que foram sistematicamente rejeitados pela elite dirigente” (Lisi, 2011: 143).

¹² Embora nas eleições legislativas de 2015 o PCP tenha reforçado a sua expressão eleitoral.

potenciam uma menor aplicação da mesma no estudo do comportamento eleitoral, o que não implica que não tenham sido realizados estudos neste âmbito (ver, por exemplo, André e Gaspar, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; Rodrigues, 2009, entre outros).

No contexto nacional, a geografia eleitoral teve o seu despontar no final dos anos 80 início dos anos 90, com a publicação de diversos estudos com recurso a dados agregados realizados por Jorge Gaspar (1987, 1990, 1990a). Estes trabalhos destacaram-se na comunidade académica, principalmente o estudo de Gaspar e Vitorino (1976) que reporta os resultados eleitorais das primeiras eleições pós-25 de Abril de 1974, incidindo na distribuição espacial do voto ao nível municipal, distrital e nacional (Portugal continental). Contudo, posteriormente a este período, as contribuições dentro desta área têm sido diminutas.

No seu trabalho sobre *As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983*, Gaspar *et al.* (1984), apresentam um balanço sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, apresentando o voto e as configurações do sistema partidário segundo uma abordagem geográfica. Os autores procuraram identificar que componentes sociais e económicas tinham maior influência no sentido de voto português. Para o efeito, foram escolhidas para a análise três conjuntos de variáveis a fim de investigar a participação eleitoral, a estrutura do voto e a evolução do voto. O primeiro grupo relativo à estrutura social da população, o segundo grupo ligado à prática religiosa e por último, o grupo relativo às condições da reprodução social do trabalho (1984: 146).

As principais conclusões indicam a não linearidade de interferência da estrutura social na distribuição do voto, sugerindo “a interveniência de outros fatores na decisão de voto” como por exemplo, “os níveis de rendimento individuais, da idade, da religião, das condições de vida e do dinamismo económico” (Gaspar *et al.*, 1984: 149).

Relativamente à estrutura do voto, os autores confirmam existir uma relação *urbano/rural* tanto ao nível da estrutura social como do desenvolvimento económico. Os resultados sugerem ainda “uma ligação entre o grau de implantação da igreja católica e a mobilidade do eleitorado” (1984:152), conclusão reiterada e atualizada a nível individual por Freire (2004, 2005) ao assumir a religião como sendo uma dimensão de maior relevância que a dimensão socioeconómica.

Na distribuição geográfica do voto nos partidos, Gaspar *et al.* (1984) denotaram que PSD e CDS-PP tinham maior expressão em zonas rurais e de maior prática religiosa e que era o PS que comportava “maior número de exceções decorrente dos diferentes

posicionamentos e por isso, tinha relações menos marcadas” (Gaspar *et al.*, 1984: 146). No Norte e Centro, o PCP e o PS apresentam maior incidência nas áreas urbanas. No Sul (Alentejo e Algarve), o voto é tendencialmente de esquerda. Os autores concluem que “apesar dos diferentes graus de desenvolvimento que caracterizam o país e das condições específicas de cada região, a decisão de votar obedece aos mesmos princípios lógicos, o que poderá estar relacionado com a fraca expressão de regionalismos, bem como com a centralização do sistema político partidário” (1984: 170).

A investigação realizada por Gaspar *et al.* (1990, 1990a) remete para a década de 80 onde o país, comparativamente com a atualidade, apresenta diferenças na estrutura social, política, económica e cultural. Têm sido apontadas algumas críticas à obra de J. Gaspar e colegas, designadamente: o facto de inferir a natureza dos indivíduos a partir de dados agregados do grupo a que pertencem: isto é, extrapolar a partir da totalidade dos membros do grupo, características individuais¹³ (Aguiar, 1994; Lobo, 2007). Por outro lado, foi apontada também, uma dependência exacerbada dos autores em relação aos indicadores recolhidos pelo INE, o que limita os investigadores a “correlacionarem os dados agregados sobre o comportamento de voto com os dados disponíveis sobre a unidade geográfica em questão, que podem ser reduzidos e são indicadores sociológicos objetivos, como seja o género, a idade, a educação, o rendimento, a ocupação profissional” (Lobo, 2007: 320).

Em termos de resultados, as conclusões de Gaspar coincidem com as conclusões recentes de estudos de natureza micro. Ou seja, que “o PSD tem sempre tido uma implantação concelhia muito vincada, bastante maior no Norte que no Sul, sobretudo nas zonas rurais da Região Setentrional” (Freire, 2000; ver também Aguiar, 1994) e “ [em 1995] o CDS/PP esteve mais bem implantado nos concelhos com mais jovens (...) teve maiores votações nos concelhos rurais e com maior religiosidade” (Freire, 2000; ver também Jalali, 2003; Lisi, 2011:109).

Não obstante as críticas, esta é uma abordagem que foi relevante no passado, e que por essa razão se torna pertinente retestar de forma a aferir a continuidade da sua validade, atualizando o trabalho que foi feito, uma vez que não existem estudos que o tenham atualizado. É neste contexto que surge a pergunta de partida do presente estudo: “Em que medida a geografia eleitoral é explicativa do sentido de voto em Portugal de

¹³ Designa-se este problema analítico como falácia ecológica dos dados.

1980 a 2015? E, posteriormente, averiguar que fatores geográficos são determinantes na decisão de voto nos municípios portugueses.

Pretende-se, assim, mapear a evolução do sentido de voto em Portugal de 1980-2015, atendendo à percentagem de votação que cada força partidária obteve em cada município. E, numa segunda abordagem, pretende-se verificar o peso explicativo das variáveis geográficas no sentido de voto no decorrer dos anos.

1.3. PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES

De um modo geral, como ficou estabelecido na revisão teórica do presente trabalho, um dos problemas da geografia eleitoral relaciona-se com o tipo de abordagem. Distinguem-se duas vertentes no estudo desta área: a primeira, defensora de que o contexto e o espaço social influenciam o comportamento eleitoral (Baybeck e Huckfeldt, 2002); a segunda, defensora de que o contexto geográfico, designado como o espaço vivido, exerce maior influência que a interação social (Agnew, 1996; Agnew, 1996a; Johnston e Pattie, 2006). Esta ambivalência da relação entre o contexto geográfico e o comportamento eleitoral teve o seu impacto no enfoque dos estudos na geografia eleitoral portuguesa. Contudo, esta ambivalência foi justificada pelos diferentes períodos em que ocorreram os estudos, as dissemelhanças na seleção e definição da unidade contextual (municípios, distritos, NUTS, etc.), o tipo de abordagem usada (agregado, individual ou mista), os diferentes tipos de eleições utilizadas (nacional, regional, local) que podem ter gerado diferença nos resultados (Alegria *et al.*, 1990). Ao nível agregado, a produção de estudos é, como já referido, escassa. Ao nível individual, na ótica de Jalali (2003:547), os estudos existentes sobre o comportamento eleitoral são “dispersos e frequentemente incidentais, na medida em que os autores procuram responder a outras questões que não a do comportamento eleitoral *per se*”.

Resumidamente, o problema principal diz respeito aos estudos existentes, ao nível agregado, serem escassos e desatualizados, e não terem enfoque no propósito deste trabalho: averiguar o sentido de voto em Portugal de 1980 a 2015. O que é esperado é que as ambivalências territoriais em Portugal produzam comportamentos eleitorais diferenciados nos eleitores, desde a pós-democratização até aos dias de hoje. Até porque na literatura o que se torna “menos claro é o modo como o poder local afeta a escolha eleitoral” (Jalali, 2003: 564). Assim, pretende-se suportar a presente investigação na abordagem da geografia eleitoral desenvolvidas por Gaspar *et al.* (1984) e testar se esta

se mantém atual. Assim, em termos de hipóteses a testar, pretende-se, a um primeiro nível, simplesmente testar a validade desta mesma abordagem na explicação do voto. A primeira hipótese é, por isso, a seguinte: *é expectável a abordagem geográfica seja explicativa do sentido de voto em Portugal, entre 1980 e 2015.* (H1)

As três clivagens importantes no estudo do comportamento eleitoral em termos geográficos são: *Norte/Sul*, *Litoral/Interior* e *Urbano/Rural*. Segundo Aguiar, “estas clivagens políticas aparecem (...) como fatores de referenciação e de organização dos modos de expressão política de vastos agregados sociais e, designadamente, dos grupos que compõem o eleitorado”, todavia “são pouco estáveis [e] variam de intensidade”, entrando em discordância com aquilo que “Rokkan identificava como referenciais estruturais, estáveis, dos comportamentos políticos” (1990: 558).

A clivagem *Norte/Sul* é uma das clivagens tradicionais mais citadas e aplicadas nos estudos (Lipset e Rokkan, 1992: 161-259; Alegria *et al.*, 1990). Esta divisão teve a sua génese na capacidade mobilizadora dos portugueses em torno do projeto revolucionário do 25 de Abril de 1974: de um lado, o *sul* que “parece, assim, obedecer a uma linha retórica enaltecadora da dimensão política do povo, ancorada na retórica marxista da luta de classes”; do outro, o *norte* que seguiu uma linha “não revolucionária” (Almeida, 2007: 127). Esta imagem bipartida do país – Norte, “mais conservador”, e Sul, “mais progressista” – tornou-se ainda mais evidente com os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte. A grande base de apoio do PSD concentrava-se no Norte, ao passo que no Centro e no Sul o voto era maioritariamente no PS e PCP (Freire, 2000; Gaspar *et al.*, 1989; Cabral, 1995; Jalali, 2003; Lisi, 2011). Com base nestes dados, e assumindo a continuidade da validade da abordagem da geografia eleitoral na explicação do voto em Portugal, a segunda hipótese da pesquisa é a seguinte: *é esperada uma tendência de voto no PSD e CDS-PP nos municípios situados a Norte e de voto no PCP e PS tendencialmente nos municípios a Sul de Portugal.* (H2)

A segunda clivagem que subsiste em território nacional prende-se com a divisão *Urbano/Rural*. Os dados revelam que o voto em partidos de direita é maior nas áreas rurais, como é exemplo o CDS que obteve “maiores votações nos concelhos rurais” e o PSD que possui “implantação concelhia muito vincada, bastante maior no Norte que no Sul, sobretudo nas zonas rurais” (Freire, 2000: 40-41; ver também Freire, 2002: 131; Jalali, 2003) e “teve sempre menores votações nos concelhos caracterizados pela maior presença do latifúndio” (Freire, 2002: 136). Do lado oposto, a esquerda parece ter

preponderância nas áreas urbanas (Jalali, 2003: 554; André, 1988: 143-144). O PCP tem maior votação “nos concelhos caracterizados pelo predomínio do latifúndio”, tradicionalmente característico deste partido (Gaspar e Vitorino, 1976; André e Gaspar, 1989). Apesar de estudiosos defenderem um esbatimento das três divisões supracitadas, a clivagem urbano/rural demonstra ser a que mais enfatiza esta erosão (Alegria *et al.*, 1990; Aguiar, 1994: 228 e Dalton, 1996: 328; Freire, 2001) possivelmente pela crescente industrialização e urbanização do território nacional (Gaspar, 1987:127). Todavia, apesar do esbatimento das clivagens para a explicação do voto, as divisões *Norte/Sul* e *Urbano/Rural* têm sido frequentemente citadas como linhas divisórias fulcrais na política portuguesa (Gaspar e Vitorino, 1976; Gaspar e André, 1989; Freire e Baum, 2001). Assim, a terceira hipótese da investigação é a seguinte: *é esperado que a clivagem urbano/rural tenha perdido poder explicativo do sentido de voto em Portugal no período que medeia entre 1980 e 2015.* (H3)

A terceira clivagem refere-se à divisão *Litoral/Interior* que, de entre todas, é a menos desenvolvida na literatura. De entre as três clivagens que se apresentam nesta secção, há autores que conferem maior importância a esta divisão (Alegria *et al.*, 1990: 20) e outros (Jalali, 2003: 558) que defendem o esbatimento da mesma, “na medida em que surgem situações de litoral em regiões de interior e, embora com menor frequência, situações típicas de interioridade na faixa litoral do país” (Lusa, 2003). No entanto, são apontadas algumas limitações: ou valorizam as condições naturais (clima, relevo, etc.); ou valorizam o tipo de ocupação humana (Alegria *et al.*, 1990).

Assume-se que “maior dinamismo, maior incidência dos meios de comunicação e mais fácil circulação” (Aguiar, 1994: 192) estão subjacentes às áreas do Litoral, predominantemente mais urbanas, contrariamente às áreas do Interior, mais rurais, com maior dificuldade de acesso à informação, mais conservadoras e com maior vínculo religioso. Outra tendência desta dicotomia reporta-se à idade da população. Ou seja, “o contraste entre os concelhos com mais jovens (centro) e os mais envelhecidos (periferia) pode também ser considerado (...) um elemento diferenciador das áreas do litoral (centrais) quando comparadas as do interior (periféricas)” (Freire, 2000: 25).

A problemática desta divisão consiste no litoral ter maior predomínio de áreas urbanas (tendência de voto em partidos de esquerda) e de municípios jovens (que votam

tanto à direita como à esquerda¹⁴) que o Interior, onde as áreas são predominantemente mais rurais (voto conservador) e a população mais envelhecida. “A forte associação das votações no CDS/PP com a estrutura demográfica dos concelhos (jovens) parece contraditória com a sua maior implantação rural [...] pois as áreas com estas características são, em geral, mais envelhecidas”, no entanto, existem duas explicações para este facto: “por um lado, resulta de uma estrutura demográfica mais jovem no Norte do país (...) onde o CDS-PP tem estado sempre mais bem implantado” e “por outro lado, em cada região (Norte e Sul), os concelhos com mais jovens situam-se no litoral (áreas urbanas)” sendo que, “no Sul, o CDS-PP teve um perfil marcadamente urbano, em 1995, elemento que reforça a associação das votações no partido ao maior peso concelhio dos jovens” (Freire, 2000:44-45) Assim, a quarta e última hipótese aponta para ser *expectável que municípios do Litoral tendam a votar mais no BE, PSD e CDS-PP, contrariamente aos municípios do interior, onde a tendência de voto é no PS e PCP.* (H4)

Apesar das discrepâncias socioeconómicas, eleitorais e regionais do território nacional serem manifestas, não existe na literatura evidência empírica de relevo que siga uma abordagem agregada e longitudinal, que permita determinar se os fatores geográficos têm efetivamente poder explicativo do sentido de voto em Portugal. Ou se, contrariamente, o esbatimento da dimensão geográfica ao longo do tempo é manifesta e esses fatores têm hoje uma importância marginal.

¹⁴ A bibliografia remete para uma dualidade de voto nos municípios jovens. De um lado, existem estudos que evidenciam a tendência dos jovens votarem à direita (ver Magalhães e Moral, 2008: 3; Freire, 2002: 131-133, Gaspar (1984); Freire e Baum, 2001: 30). Do lado oposto, existem estudos que evidenciam a tendência dos jovens votarem à esquerda, particularmente, no BE (ver, por exemplo, Jalali, 2003: 561). Dada a existência de municípios urbanos no litoral, convém referenciar que, segundo André (1988: 143-144) “o voto urbano destaca-se pela valorização dos partidos de esquerda”.

II. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para melhor esclarecer os processos metodológicos subjacentes à presente investigação, este capítulo é composto por duas secções: a primeira apresenta o modelo analítico e respetiva operacionalização; a segunda faz a apresentação dos dados e das fontes utilizadas. O objetivo é examinar, através de uma perspetiva agregada a nível do município, a relação entre as variáveis geográficas e o sentido de voto em Portugal nas eleições legislativas compreendidas entre 1980 e 2015.

2.1. MODELO DE ANÁLISE E OPERACIONALIZAÇÃO

Estabelecida a base teórica desta investigação, os objetivos e respetivas hipóteses, apresenta-se agora a sistematização do modelo de análise (Fig.1) e respetiva operacionalização:

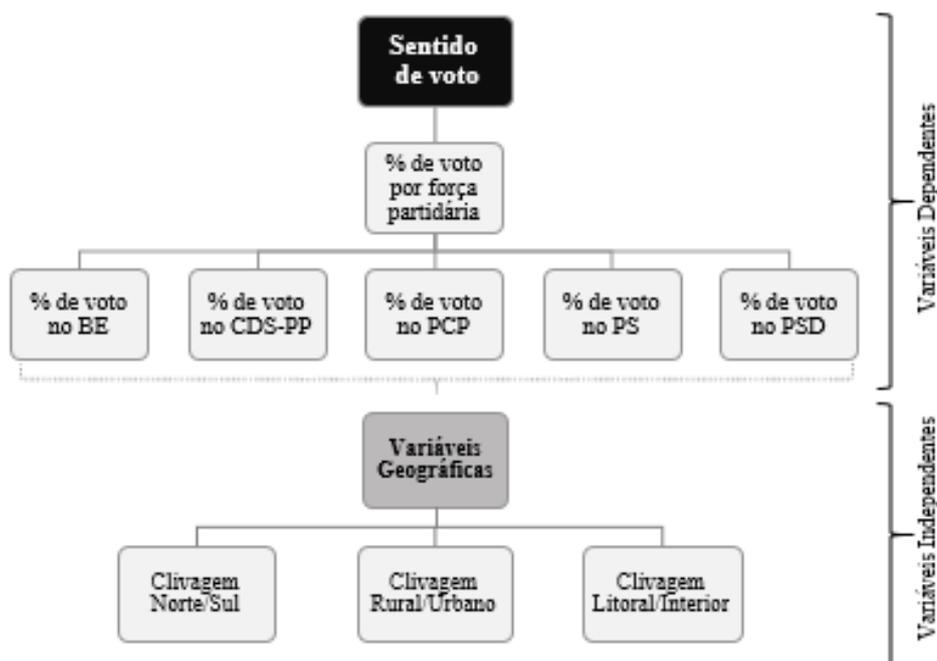


Figura 2.1 - Modelo de Análise, elaboração própria

A variável dependente (VD) é o *sentido de voto* ao longo das 12 eleições em análise (1980 a 2015), medido através a percentagem de voto em cada força partidária por município.

O *município*¹⁵ é a unidade de análise estabelecida para o presente trabalho, não só pela disponibilidade dos dados, como pela pertinência relativamente ao tema em estudo. Nesse sentido, o universo respeito é composto por 308¹⁶ municípios que compõem o território nacional de 1980 a 2015 (nº municípios x nº eleições = 4287 casos).

Entenda-se por *força partidária* todos os partidos que integram este estudo e obtiveram assento parlamentar: Partido Comunista (PCP), Partido Socialista (PS), Bloco de Esquerda (BE), Partido Social-Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático Social (CDS-PP). Por uma questão de relevância estatística e, atendendo à componente longitudinal desta análise, não pareceu haver vantagem em testar a percentagem de voto na coligação partidária PSD.CDS-PP: em primeiro, porque esta coligação surge apenas em dois anos eleitorais e, em segundo, porque este tipo de coligação, com vista a uma maioria parlamentar, tende a favorecer o PSD em prejuízo do CDS-PP (Aguiar, 1994: 185). A VD será então medida pela *percentagem de voto que cada força partidária* obteve em cada município nas 12 eleições.

As *variáveis geográficas* foram identificadas com base na abordagem teórica feita nas secções anteriores - *Norte/Sul*, *Litoral/Interior* e *Urbano/Rural*. A mensuração das mesmas implicou a conceção de outras variáveis de maior agregação (regiões eleitorais) que facilitasse comparações. Neste sentido, os municípios foram agrupados em *regiões eleitorais* segundo critérios de Gaspar *et al.* (1989). Estas regiões primam pela uniformidade, “não se limitam a ser as tradicionais divisões administrativas” e permitem agrupar todos os municípios com características sociodemográficas, culturais e económicas semelhantes (Aguiar, 1994: 190). Em Portugal, Jorge Gaspar concetualizou nove regiões eleitorais: Área Metropolitana de Lisboa (AML); Área Metropolitana do Porto (AMP); Norte Litoral (NLIT); Centro Litoral (CLIT); Algarve (ALG); Norte e

¹⁵ Consultar nas Fontes, a alteração da designação de concelho para município, p.36.

¹⁶ De 1980 a 2015 houve alterações relativas aos municípios. Odivelas é tornado município do distrito de Lisboa em 1999; Vizela aparece também em 1999 oficialmente como município pertencente ao distrito de Braga e Trofa surge em 2002 como município do distrito do Porto. O município como unidade territorial em análise foi também usado, por exemplo, em Gaspar e Vitorino (1976) e Gaspar *et al.* (1990). Os 308 municípios correspondem aos 278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores. As regiões autónomas apenas serão consideradas para a medição Urbano/Rural, uma vez que as restantes clivagens não se aplicam em ambos os casos.

Centro Interior (NCINT); Alentejo (ALENT); Açores (AÇ) e Madeira (MAD)¹⁷. Foi também esta a agregação realizada no presente estudo.

A *clivagem Rural/Urbano*, de acordo com André (1988), refere-se à categorização das áreas segundo a população residente em cada município. Assim, as áreas urbanas são entendidas como “concelhos (...) com mais de 10.000 habitantes”, sendo as restantes ditas *não urbanas* (ou rurais) entendidas como áreas com menor número de habitantes. Para o cálculo da variável foi usada a *população residente*. Estatisticamente, classificou-se como “0” todos os municípios rurais e “1” todos os municípios urbanos.

A *divisão Norte/Sul* não tem nem uma definição, nem uma classificação rigorosa e a literatura não lhe atribui usualmente qualquer enfoque, quantitativo ou qualitativo. Considerou-se como *Norte* as regiões eleitorais AMP, NLIT, CLIT e NCINT e como *Sul* as regiões AML, ALG e ALENT¹⁸.

Relativamente à *clivagem Litoral/Interior*, também não é possível identificar com rigor e clareza como classificar os municípios, não se conseguindo situar historicamente esta diferenciação (Alegria *et al.*, 1990: 20). Apenas se identifica “o Litoral (...) como uma área *polarizada* por Lisboa e pelo Porto, usando-se também expressões como *o grande Porto* e a *grande Lisboa*” (Alegria *et al.*, 1990: 18). Trata-se, por isso, de uma “faixa mais ou menos ampla, próxima da costa, com características históricas e naturais próprias, a que se alia uma intensa vida comercial marítima e agrícola” (Alegria *et al.*, 1990: 10). No entanto, o método aplicado para a presente pesquisa e que geralmente também é usado nos diversos estudos para medir esta dicotomia, diz respeito à proximidade com a zona costeira. Ou seja, são incluídos na região do *litoral* todos os municípios de um determinado distrito que sejam banhados por mar ou que façam fronteira com os municípios que intersejam o mar. Por sua vez, pertencem ao *interior*, todos aqueles que não têm contacto com a zona costeira¹⁹.

¹⁷ Esta tipologia das regiões foi também adotada por Nazareth (1988: 59-60) e Aguiar (1994). Para mais informações sobre a composição de cada região, consultar Anexo A2.

¹⁸ A presente divisão assemelha-se à que foi aplicada por Freire (2000: 27), que analisou o Continente, Região Norte (Região Norte e Região Centro) e Região Sul (Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Esta divisão não se aplica aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, pelo que são excluídas da análise.

¹⁹ Para maior aprofundamento sobre que municípios pertencem a cada área, consultar Anexo A3. Esta divisão não se aplica, de igual modo, aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, uma vez que cada um destes arquipélagos divide os seus municípios em Oriental, Ocidental e Central, pelo que estes não serão analisados por esta variável.

Dada a natureza (qualitativa) destas VI's geográficas foi necessário transformá-las em variáveis *dummy*. Assim, para medir as clivagens *Litoral/Interior*, *Norte/Sul* e *Urbano/Rural* foram formuladas variáveis *dummy* cuja categoria de referência se designou e classificou *Interior* (litoral=1; Interior=0), *Sul* (Norte=1; Sul=0) e *Rural* (Urbano=1; Rural=0), respetivamente.

A presente investigação é desenvolvida com base numa metodologia quantitativa e segue duas abordagens, em termos de análise de dados. A primeira, de carácter descritivo, pretende responder ao primeiro objetivo – mapear a evolução do sentido de voto nos municípios portugueses de 1980 a 2015. Os mapas disponíveis para este período temporal apenas existiam em formato digital no SGMAI relativamente aos anos 2011 e 2015. Ugiu, portanto, construir os restantes mapas para o período em análise, 1985-2015, por forma a colmatar esta lacuna. Com este propósito, foram elaborados 10 mapas nacionais correspondentes aos anos eleitorais em falta e foram pintados todos os municípios de acordo com os respetivos resultados eleitorais, recorrendo ao INKSCAPE²⁰.

A segunda abordagem, de carácter explicativa, pretende responder ao segundo objetivo deste trabalho: testar a influência das variáveis geográficas no sentido de voto nos municípios portugueses controlando-as por variáveis sociodemográficas. Para o efeito, foi formulado, para cada partido, um modelo de regressão linear múltipla por blocos. A seleção desta técnica estatística deve-se ao facto de as VD's terem nível de medição intervalar (percentagem de voto por força partidária), visando testar em que medida o sentido de voto ao nível dos municípios portugueses (VD) é explicado pelas variáveis geográficas (VI's).

As *variáveis de controlo* introduzidas no modelo são de carácter sociodemográfico – população jovem, população idosa, população feminina, remuneração média mensal e ano eleitoral – e visam controlar o efeito de variáveis geográficas. Estas variáveis são usualmente introduzidas nos modelos explicativos do voto, na medida em que a literatura indica serem bons preditores do sentido de voto (ver, por exemplo, Blais, 2006; Cabral, 1995; Torcal, 2010; Magalhães, 2008; Lisi *et al.*, 2013; Teixeira e Azevedo, 2008). É, por isso, interessante ver como o modelo reage a sua introdução.

A *população residente* em cada município, usada para a medição das variáveis de controlo *população jovem* e *idosa*, diz respeito a um “conjunto de pessoas que,

²⁰ Consultar mapeamento eleitoral em Anexo B.

independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano”²¹. Com recurso a esta definição, a *população idosa* refere-se à população residente com 65 ou mais anos de idade e a *população jovem* integra a população residente dos 15 aos 24 anos.

Os limites de idade escolhidos estão relacionados com a disponibilidade dos dados. Embora o INE e PORDATA possuam bases de dados para vários escalões etários, não foi possível recolher este tipo de informação para alguns anos eleitorais: os escalões etários disponíveis estipulavam um intervalo de idades constante (15-24 anos) para a população jovem, daí a impossibilidade de alterar esse escalão. A estratégia utilizada para colmatar este problema consistiu no recurso a dados publicados em anuários estatísticos; estimativas da população (intercensitárias) e cálculo da média dos anos em falta.²²

A *remuneração média mensal* em cada município corresponde ao montante médio que os empregados recebem todos os meses pelo horário normal de trabalho.

Por último, a fim de averiguar alterações no sentido de voto, incluiu-se a variável *ano eleitoral* que engloba todos os anos em que foram realizadas eleições legislativas em Portugal. Para o presente estudo, são considerados 12 anos eleitorais: 1980, 1983, 1985, 1987, 1991, 1995, 1999, 2002, 2005, 2009, 2011 e 2015.

2.2. DADOS E FONTES

Em termos quantitativos, esta investigação baseia-se numa análise comparativa de dados exclusivamente agregados disponibilizados pelo INE, PORDATA e SGMAI referentes às unidades territoriais em estudo. Os dados estatísticos relativos à demografia revelaram-se difíceis de encontrar dado os censos da população serem realizados apenas de 10 em 10 anos e, por conseguinte, não coincidirem com os anos eleitorais que se pretendiam

²¹ Consultar nas fontes o conceito da população residente, p.36.

²² Para saber rigorosamente quais os métodos alternativos usados em cada ano, consultar o Anexo A4.

examinar (uma das razões para não se incluírem na pesquisa os anos eleitorais de 1976 e 1979).

Dada a inexistência de uma base de dados que permitisse responder diretamente aos objetivos deste trabalho, foi fundamental criar uma base de raiz que respondesse a este propósito. A procura de dados foi extensiva e morosa devido a dificuldades com a disponibilidade e o formato dos dados. A título de exemplo, a ausência de suporte digital dos dados mais antigos e a não concordância com as categorias definidas para este modelo como por exemplo, a definição dos escalões etários para a categoria de “jovem” e “idoso”. Outro exemplo, as bases de dados eleitorais até 1999 estarem em formatos não compatíveis com a programação utilizada para a presente investigação (Excel e SPSS).

III. ANÁLISE DE RESULTADOS

A presente secção visa responder aos objetivos e testar as hipóteses formuladas para esta investigação. Primeiramente, em termos descritivos e longitudinais, analisa-se a evolução dos resultados eleitorais em termos geográficos (ver anexo B) e, em segundo, em termos estatísticos, aferem-se as determinantes do sentido de voto a nível dos municípios portugueses no espaço temporal supracitado.

3.1. A EVOLUÇÃO DO VOTO POR MUNICÍPIO DE 1980 E 2015

Como se tem vindo a referir, o estudo do comportamento eleitoral através da geografia visa explicar os resultados eleitorais na dimensão espacial. Assim, a cartografia adquire importância dada a função de representar os respetivos resultados na dimensão espacial através dos mapas.

Para esta análise, as eleições legislativas a investigar são 12, logo, foram estruturados e preenchidos 12 mapas municipais portugueses. As cores que os compõem relacionam-se com as forças partidárias que venceram, ao nível municipal, as eleições legislativas. As cores das forças partidárias são amarelo para o PS, o laranja para o PSD, o azul para o CDS-PP, o vermelho para o PCP e o verde para o PSD.CDS-PP²³.

Observando os 12 mapas eleitorais, ressaltam as primeiras diferenciações gerais: *mancha vermelha* no Alentejo, uma dominância *amarela* uniformemente distribuída a partir de 1995, forte influência *laranja* de 1985 a 1991 e em 2011, a indiferenciação espacial do voto do PSD.CDS-PP comparativamente ao PSD quando concorre individualmente, e por fim, mas não menos perceptível, a centralização do voto ao longo dos anos entre o PSD e o PS. A bipartidarização e centralização do voto são, como verificado na literatura, características há muito apontadas ao sentido de voto em Portugal. A presente análise descritiva dos mapas fundamenta esse indício. De 1980 a 2015, denota-se um domínio vincado do PSD a Norte e Centro, ao passo que o PS vai conquistando o seu território a Sul.

Em termos de expressividade eleitoral geográfica, os dois partidos que se revelaram mais fracos foram o CDS-PP e o PCP, justamente os partidos dos extremos do espectro partidário português. Denota-se que o CDS-PP, coligado ou individualmente, tem apoio no Norte e Centro, ao passo que o PCP é evidente no Alentejo e Península de Setúbal. Este

²³ As cores usadas correspondem às cores oficiais que o SGMAI utiliza nas publicações dos Atlas Eleitorais após as eleições. O BE não entra nesta qualificação pois não foi o partido vencedor em nenhum município nas eleições legislativas de 1980-2015.

decréscimo ao longo dos anos deve-se a um crescente domínio do PSD a Norte e do PS a Sul. Nota-se, por exemplo, uma recente perda dos tradicionais bastiões alentejanos do PCP para o PS. Já o CDS-PP, enquanto força partidária individual, somente em 1983 e 1985 venceu em alguns municípios. Nos restantes anos, não venceu em nenhum município, à exceção dos arquipélagos em 2002²⁴. Aliado com o PSD, este partido conseguiu ascender ao poder pela AD (1979 e 1980) e PàF (2015).

Conclui-se que tem existido uma consolidação do PSD a norte, tal como Gaspar na década de 80/90 já apontava, aliado a um crescimento do PS a sul. Prejudicados com estes desenvolvimentos foram o CDS-PP e o PCP. O CDS-PP a partir de 1991 deixa de conseguir ser o partido vencedor a nível municipal em Portugal Continental. Já o PCP, a partir de 1987, tem vindo a perder os bastiões do Alentejo e da Península de Setúbal para o PSD e, em especial, para o PS: de um domínio quase total destas regiões em 1980, atualmente o PCP controla apenas 8 dos municípios dessa região historicamente comunista. O PSD tinha apostado em “destruir a presença dos comunistas a todos os níveis de governação em Portugal” (Frain, 1996: 981) e, no geral, foi bem-sucedido.

3.2. DETERMINANTES DO SENTIDO DE VOTO NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Com o propósito de averiguar a importância da geografia eleitoral no sentido de voto nos municípios portugueses, foram testadas, numa primeira fase, as variáveis geográficas. Para cada variável independente. O nível de significância associado ao *beta* indica se o impacto dessa variável sobre as variáveis dependentes é ou não estatisticamente significativo (quadro nº3.2.1):

²⁴ CDS-PP é o partido vencedor no município do Corvo (Açores).

Quadro nº 3.2.1 – Determinantes contextuais do sentido de voto nos municípios portugueses sem inclusão das variáveis de controlo

Variáveis Independentes Modelo 1	BE	CDS-PP	PCP	PSD	PS
	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta
Litoral	0,204***	0,163***	-0,117***	0,061	-0,130***
Norte	-0,266***	0,331***	-0,719***	0,570***	-0,183***
Urbano (GAS)	0,175***	0,053*	0,019	-0,080**	0,039
R^2_{Ajustado}	0,178***	0,122***	0,485***	0,301***	0,033***
	F (3,1108) = 81,011	F (3,1383) = 65,304	F (3,1383) = 436,953	F (3,1383) = 200,224	F (3,1383) = 16,976

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: Formulação própria

Numa primeira análise, é fundamental averiguar a capacidade explicativa do modelo na percentagem de voto em cada um dos partidos. Como se pode constatar, o modelo é significativo para todos os partidos, o que por si só denuncia que a geografia eleitoral é válida para explicar o voto no período em análise. Não obstante, a sua capacidade explanatória difere entre partidos: 17,8% da variação da percentagem de votos no BE é explicada pelo modelo linear testado, que é estatisticamente significativo ($F(3, 1108) = 81,011$; $R^2_{aj.} = 0,178$; $p < 0,001$). O mesmo sucede para o CDS-PP (12,2%) que também é explicado pelo modelo e significativo ao nível estatístico ($F(3,1383) = 65,304$; $R^2_{aj.} = 0,122$; $p < 0,001$), para o PCP (48,5%) também é significativo ($F(3,1383) = 436,953$; $R^2_{aj.} = 0,485$; $p < 0,001$) e para o PSD (30,1%), onde também o modelo é explicativo e significativo estatisticamente ($F(3,1383) = 200,224$; $R^2_{aj.} = 0,301$; $p < 0,001$). O caso do PS é a exceção uma vez que o modelo apenas explica 3,3% da variação do voto no PS, contudo mantém a sua significância estatística ($F(3,1383) = 16,976$; $R^2_{aj.} = 0,033$; $p < 0,001$).

Relativamente à influência das variáveis geográficas na percentagem de voto nestes partidos sobressaem alguns aspetos. As percentagens de voto no BE ($\beta = 0,204$; $p < 0,001$) e CDS-PP ($\beta = 0,163$; $p < 0,001$) tendem a ser maiores nos municípios situados no litoral. Inversamente, as percentagens de voto no PCP ($\beta = -0,117$; $p < 0,001$) e no PS ($\beta = -0,130$; $p < 0,001$) tendem a aumentar nos municípios situados no interior português. A variável *urbano*, é, comparativamente às outras variáveis do modelo, aquela que tem menor poder explicativo do voto. É significativa na explicação da percentagem de voto no BE ($\beta = 0,175$; $p < 0,001$); no CDS-PP ($\beta = 0,053$; $p < 0,05$) e no PSD ($\beta = -0,080$; $p < 0,01$), sendo mais fraca na explicação do

voto nestes dois últimos partidos. Assim, os resultados mostram que o CDS-PP e BE têm maiores votações nos municípios urbanos ao passo que o PSD garante mais votos nas zonas rurais

Com o propósito de testar a capacidade explicativa deste modelo relativamente ao sentido de voto em Portugal, e controlando por variáveis relevantes nesta explicação, procedeu-se à introdução de um conjunto de variáveis, que a literatura refere como preditores da orientação de voto a nível micro. Nesse sentido, foram introduzidas no modelo a *percentagem de população idosa, jovem e feminina, a remuneração média mensal (€) e o ano eleitoral*.

Quadro nº 3.2.2 – Determinantes geográficas do sentido de voto nos municípios portugueses com inclusão das variáveis de controlo

Variáveis Independentes Modelo 1	BE	CDS-PP	PCP	PSD	PS
	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta
Litoral	0,135***	0,142***	-0,131***	0,104***	-0,148***
Norte	-0,215***	0,342***	-0,675***	0,526***	-0,189***
Urbano	0,135***	0,036	-0,022	-0,045	0,050
% Pop. Idosa	0,010	-0,067**	-0,090***	0,059**	0,052
% Pop. Jovem	0,013	0,040	0,219***	-0,118***	-0,119***
% Pop. Feminina	-0,045	-0,012	0,016	0,018	0,006
Remuneração	0,261***	0,078	0,110**	-0,250***	0,100
Ano Eleitoral	0,294***	0,485***	0,006	-0,281***	0,038
$R^2_{Ajustado}$	0,404	0,400	0,514	0,507	0,075
F (8,1103)	F (8,1103)	F (8,1378)	F (8,1378)	F (8,1378)	F (8,1378)
= 95,097***	= 116,413***	= 184,499***	= 179,388***	= 15,059**	

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: Formulação própria

A entrada das variáveis de controlo alterou ligeiramente o modelo (Quadro nº 3.2.2). Apesar das variáveis geográficas permanecerem na maior parte dos casos estatisticamente significantes, assim como o seu sentido, o que se verificou foi que o potencial explicativo do modelo (Quadro nº 3.2.2) aumentou aquando dessa introdução. A percentagem de voto no BE passa a ser explicada significativamente ($F(8,1103) = 95,097$; $R^2_{aj.} = 0,404$; $p < 0,001$) em 40,4% por este modelo, o mesmo sucede com a percentagem de voto no CDS-PP (40%) que também é significativamente explicada pelo presente modelo ($F(8,1378) = 116,413$; $R^2_{aj.} = 0,400$; $p < 0,001$); no PCP (51,4%) também é significativo ($F(8,1378) = 184,499$; $R^2_{aj.} = 0,514$; $p < 0,001$) e no PSD (50,7%), igualmente significativo ($F(8,1378) = 179,388$; $R^2_{aj.} = 0,507$; $p < 0,001$)

Também neste modelo (quadro 3.2.2.), a percentagem de explicação que o modelo oferece para o voto no PS se apresenta baixa apesar de um ligeiro aumento, uma vez que este modelo apenas consegue explicar em 7,5% apesar de ser significativo estatisticamente ($F(8,1378) = 15,059$; $R^2_{aj.} = 0,075$; $p < 0,001$).

A variável *litoral* mantém-se significativa e explicativa da percentagem de voto de todas as forças partidárias. É positiva para o BE ($\beta = 0,135$; $t(8) = (4,971)$; $p < 0,001$), CDS-PP ($\beta = 0,142$; $t(8) = (5,925)$; $p < 0,001$) e PSD ($\beta = 0,104$; $t(8) = (4,797)$; $p < 0,001$) e negativa para o PCP ($\beta = -0,131$; $t(8) = (-6,056)$; $p < 0,001$) e PS ($\beta = -0,148$; $p < 0,001$). Isto significa que um município situado no *litoral* tenderá a exibir maior votação no BE, CDS-PP e PSD. Inversamente, um município situado no *interior* tenderá a votar mais no PCP e PS, o que corrobora H4 que postulava que seria expectável que “municípios do litoral tendam a votar no BE, PSD e no CDS-PP, contrariamente aos municípios do interior, onde a tendência de voto é no PS e PCP”. A explicação da tendência de voto no BE pode residir no facto deste partido ter uma base eleitoral jovem (tal como o CDS-PP) e ser cosmopolita (*litoral*) (March e Freire, 2012).

O mesmo sucede para a variável *norte* que consolida os resultados obtidos no modelo anterior, conseguindo explicar de forma estatisticamente significativa a percentagem de voto para todos os partidos. É positiva e significativa para CDS-PP ($\beta = 0,342$; $t(8) = (14,882)$; $p < 0,001$) e PSD ($\beta = 0,526$; $t(8) = (25,308)$; $p < 0,001$) e negativa e significativa para BE ($\beta = -0,215$; $t(8) = (-8,486)$; $p < 0,001$), PCP ($\beta = -0,675$; $t(8) = (-32,695)$; $p < 0,001$) e PS ($\beta = -0,189$; $t(8) = (-6,618)$; $p < 0,001$). Isto significa que, um município situado no *norte* tem maior tendência de voto no PSD e no CDS-PP. Inversamente, um município situado a *sul* tem propensão a votar no BE, PCP e PS. Estes resultados corroboram a ideia de uma clivagem norte/sul em Portugal para o período em análise (1980-2015), com o norte mais à direita e o sul à esquerda. Esta tendência coincide com a de Gaspar na década de 80 e 90 e que não foi alterada de forma substantiva quando o período se alarga até 2015. Confirma-se, assim, H2 que postulava “uma tendência de voto no PSD e CDS-PP nos municípios situados a norte e de voto no PCP e PS tendencialmente nos municípios a sul de Portugal. A votação do BE na dicotomia norte/sul, assemelha-se aos dois outros partidos de esquerda, PCP e PS.

Relativamente à variável *urbano*, apenas o BE mantém um coeficiente com significância estatística (CDS-PP e PSD não a mantêm após a introdução das variáveis de controlo) ($\beta = 0,135$; $t(8) = (4,884)$; $p < 0,001$), o que significa que mesmo atendendo a características sociodemográficas e ao ano eleitoral, para o voto no BE a dimensão geográfica

permanece relevante, com os municípios urbanos a expressarem um apoio eleitoral significativo a este partido. Assim, rejeita-se H3 que postulava que “a clivagem urbano/rural tenha perdido poder explicativo do sentido de voto em Portugal no período que medeia entre 1980 a 2015”. Pelo menos, no que toca ao BE, a clivagem urbano/rural é crucial na explicação do voto neste partido.

Até aqui, as variáveis geográficas revelam ter significância estatística no sentido de voto em Portugal, conferindo validade à abordagem da geografia eleitoral. O voto no PS, que já era apontado como a força partidária que “foi sempre o menos explicável pelas características sociológicas dos concelhos” (Freire, 2002: 140; verificado também em estudos com dados individuais por Cabral, 1995: 175-187; Cabral, 1998: 407-409) foi corroborado pelos presentes dados como o partido que apresenta maior disparidade de valores nos dois modelos (quadros nº3.2.1 e 3.2.2), podendo ser resultado do apoio difuso que tem a nível nacional (Gaspar, 1984, 1990: 170). Todavia, todo o período entre 1980 e 2015 tem sido considerado na análise, não se atendendo nas explicações apresentadas ao efeito do fator tempo sobre as variáveis geográficas. Com o propósito de introduzir este efeito, averiguou-se qual o efeito do ano na relação entre as variáveis geográficas e a percentagem de votos nas forças partidárias (quadro 3.2.3), introduzindo interações no modelo:

Quadro nº 3.2.3. – Efeito do Ano Eleitoral na relação entre as variáveis geográficas na percentagem de voto nas forças partidárias

Variáveis Independentes Modelo 2	BE	CDS-PP	PCP	PSD	PS
	B	B	B	B	B
Litoral	0,628	0,736**	-2,369***	2,850***	-1,696*
Norte	-0,171	3,220***	-13,198***	17,809***	-6,282***
Urbano	0,557	-0,067	-0,380	-0,998	1,733*
Ano	0,359***	0,268***	0,012	-0,392**	-0,140
Ano*Litoral	0,040	0,077**	-0,023	0,066	-0,251**
Ano*Norte	-0,149**	-0,043	0,003	-0,174	0,314***
Ano*Urbano	0,045	0,053*	-0,007	-0,072	-0,077
% Pop. Idosa	0,003	-0,019**	-0,054***	0,048*	0,051*
% Pop. Jovem	0,002	0,013*	0,1143***	-0,080***	0,099***
% Pop. Feminina	-0,036*	-0,007	-0,015	0,020	0,019
Remuneração	0,007***	0,001	0,006***	-0,020***	0,009*
R ² Ajustado	0,408	0,408	0,513	0,508	0,093
	F (8,1103) =95,097***	F (8,1378) = 116,413***	F (8,1378) = 184,499***	F (8,1378) = 179,388***	F (8,1378) = 15,059***

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: Formulação própria

Ao acrescentar os três termos de interação para as cinco forças partidárias, são perceptíveis algumas diferenças. A interação Ano*Urbano é apenas significativo para o CDS-PP ($B=0,053$; $p < 0,05$). Quanto à interação Ano*Norte apenas é significativo para o BE ($B= -0,149$; $p < 0,01$) e PS ($B=0,314$; $p < 0,001$). Relativamente à interação Ano*Litoral é significativo para o CDS-PP ($B=0,077$; $p < 0,01$) e PS ($B= -0,251$; $p < 0,01$). Para o PCP e PSD, estas interações não se verificaram significativas, ou seja, o efeito do ano não é significativo

À medida que o tempo passa, o voto no BE aumenta nos municípios situados no sul. No decorrer dos anos, o voto no CDS-PP aumenta nos municípios urbanos e situados no litoral. No PS, à medida que o tempo passa, o voto neste partido aumenta em municípios situados no norte e no interior do país. Nos últimos anos, o PCP e o PSD não têm alterações substanciais na forma como estas três variáveis influenciam o voto. O que justifica não terem significância estatística e se manterem constantes ao longo do tempo. O caso do CDS-PP demonstrar o sentido positivo na interação Ano*Urbano significa que reforça a rejeição de H3 que postulava que “a clivagem urbano/rural” tenha perdido poder explicativo do sentido de voto em Portugal no período que medeia entre 1980 e 2015. Contrariamente à hipótese estabelecida, este partido, nos últimos anos, têm-se tornado mais urbano.

Em relação à H2 que esperava “uma tendência de voto no PSD e CDS-PP nos municípios situados a norte e de voto no PCP e PS tendencialmente nos municípios a sul de Portugal”, as interações revelam uma rejeição parcial desta hipótese: nos últimos anos, o PS tem conseguido ganhar mais votos nos municípios a norte de Portugal.

Relativamente a H4, que considerava “expectável que municípios do litoral tendam a votar no BE, PSD e CDS-PP, contrariamente aos municípios do interior, onde a tendência de voto é no PCP e PS”, as interações demonstram um reforço desta tendência nos últimos anos: este facto é particularmente visível no PS e CDS-PP.

IV. CONCLUSÃO

No decorrer desta investigação, o principal objetivo foi testar o poder explicativo da geografia eleitoral no sentido de voto em Portugal no período 1980-2015. O propósito foi aferir não só sobre a atualidade do contexto eleitoral português como também dos contextos anteriores. Os motivos que levaram ao estudo deste tema nestes moldes relacionam-se com os trabalhos desenvolvidos por Jorge Gaspar no âmbito da geografia eleitoral portuguesa na década de 80 e inícios de 90. Posteriormente ao grande contributo deste autor, os estudos nesta área foram diminutos, seguindo muitas vezes, linhas de investigação do comportamento eleitoral diferentes do sentido de voto.

As variáveis geográficas revelaram-se preditoras do sentido de voto em Portugal de 1980 a 2015. Os dados revelaram também que o *litoral* e o *norte* são as variáveis que maior capacidade tem em explicar a percentagem de voto nas forças partidárias em análise. Já o caso do variável *urbano*, revelou-se uma variável com significância na explicação da percentagem de voto no BE, e nos últimos anos, ganhou significância para o CDS-PP.

Relativamente à dicotomia Norte/Sul, esta variável manteve-se significativa para todos os partidos no período em análise: no decorrer dos anos, municípios do norte evidenciam tendência de voto no CDS-PP e PSD; inversamente, municípios do sul tendem a votar no BE, PCP e PS. Este último partido tem vindo a tornar-se num partido com mais apelo eleitoral a norte indicando uma diminuição da dicotomia Norte/Sul na explicação do voto no PS.

Quanto à dicotomia Litoral/Interior, confirma-se a total significância para todas as forças partidárias. Ou seja, esta variável consegue ser explicativa da percentagem de voto em todas as forças partidárias: em todos os anos analisados, municípios situados no litoral tendem a votar no BE, CDS-PP e PSD; inversamente, municípios situados no interior tendem a votar no PCP e no PS. Nos últimos anos estas tendências têm vindo a ser reforçadas no caso do CDS-PP e PS. Já no que toca ao BE, PCP e PSD, a tendência de distribuição de votos no litoral/interior manteve-se estável. Em suma, a dicotomia litoral/interior continua a ser relevante hoje como era nos anos 80, sendo que, se tornou mais marcada nos últimos anos.

Por último, confirmam-se as predições da dicotomia Urbano/Rural e da sua fraca capacidade explicativa face às restantes variáveis. Isto é especialmente visível nos grandes partidos – PS e PSD – e no PCP. No entanto esta dicotomia tem vindo a revelar-se importante no que toca ao BE e CDS-PP, que têm vindo a assumir-se como partidos *urbanos*.

As conclusões obtidas neste trabalho devem seguir uma interpretação cautelosa. Primeiramente, por razões de tratamento estatístico dos dados (a forma como as categorias foram categorizadas) e em segundo, o facto de estes resultados se apoiarem em dados agregados e não opinativos e/ou atitudinais. O tratamento dos dados ao nível estatístico abarcou decisões com carácter subjectivo. As classificações e divisões territoriais realizadas alicerçaram-se na literatura lida e no conhecimento geográfico obtido. Contudo, algumas delas não eram específicas e/ou atuais, e forçavam a tomar decisões metodológicas que comportam algum risco, como a medição das variáveis *Litoral* e *Norte*. A unidade de escolha para este trabalho foi o município pelo interesse na informação gerada. No entanto, uma vez que a unidade de análise se relaciona com a complexidade de relações, seria interessante, replicar a presente tomando como unidade de análise a freguesia.

O modelo podia ter sido controlado por outras variáveis, como por exemplo, a instrução, a classe, a religião, o emprego, tecido industrial, o *pib* do município, também usadas por outros estudos (para exemplos de estudos com essas variáveis ver: Magalhães, 2008; Torcal, 2010; Gaspar, 1990; Gaspar, 1990a; Almeida, 1985; Aguiar, 1990; Freire, 2001; Freire, 2001b; Freire, 2002; Bush *et al.*, 2005; Botero *et al.*, 2012; Ferrão, 1985; Pattie *et al.*, 1997).

Contudo, este trabalho demonstra que existe uma clara relação entre a geografia e o sentido de voto em Portugal. Não só a geografia continua a ser relevante na explicação do voto, como também em alguns casos, o seu potencial explicativo é superior ao que era na década de 80 e 90. As clivagens *Urbano/Rural*, *Litoral/Interior* e *Norte/Sul* continuam a ser de extrema importância na forma como os cidadãos expressam a sua vontade nas urnas. No entanto, conclui-se que a Clivagem Litoral/Interior se afirma como a mais relevante no Portugal contemporâneo. Esta dissertação veio salientar a importância de uma área de estudo há muito injustamente negligenciada, principalmente em Portugal, de singular territorialidade e complexidade política.

FONTES

I. Conceitos

População Residente: Instituto Nacional de Estatística, I.P.- DMSI/SM - Serviço de Sistemas e Meta-informação/Gabinete de Censos. Lisboa: INE, 2011. Consultado em 28 de agosto de 2016. Disponível em: <http://smi.ine.pt/Conceito?clear=True>

Remuneração média mensal: Fundação Francisco Manuel Dos Santos - Pordata: Base de Dados Portugal Contemporâneo. Lisboa: FFMS, 2009. Consultado em 28 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Glossario>

II. Legislação

Alteração da designação do 2.º nível do código da divisão administrativa, de “concelho” para “município”: Deliberação nº 219/2006 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada em Diário da república – 2ª série, nº34, de 16.02.2006, p.2212

Recenseamento eleitoral: Lei n.º 13/99, de 22 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.º s 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto.

III. Estudos e Publicações Estatísticas

INE (2007). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira – 2005*. Lisboa: INE. Consultada em 16 de Abril de 2016. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6538319&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2

INE (2007). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores – 2005*. Consultada em 16 de Abril de 2016. Lisboa: INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6537707&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2

INE (2010). *Anuário Estatístico de Portugal – 2009*. Lisboa: INE. Consultada em 18 de Abril de 2016. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=104996740&PUBLICACOESmodo=2

INE (2006). *Estimativas Provisórias de População Residente - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios - 2005*. Consultada em 16 de Abril de 2016. Lisboa: INE. Disponível

em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESESpub_boui=6188154&PUBLICACOESStema=00&PUBLICACOESmodo=2

INE (2003). *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios - 1991 – 2000*. Consultada em 12 de Março de 2016.

Disponível

em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESESpub_boui=6507201&PUBLICACOESmodo=2

IV. Bases de dados

Pordata - <http://www.pordata.pt/Home>

INE - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

SGMAI – Resultados eleitorais de 1999 a 2011²⁵ -

<http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=103&mid=001&sid=002>

²⁵ Os restantes resultados eleitorais que faltam entre o período de 1980 a 2015, foram conseguidos no âmbito do estágio curricular na Administração Eleitoral no SGMAI. Os dados podem ser solicitados via email à instituição, somente não se encontram atualizados *online*.

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, J. (1996), "Mapping politics: how context counts in electoral geography". *Political Geography*, 15 (2), pp.129-146
- Agnew, J. (1996a), "Maps and models in political studies: a reply to comments". *Political Geography*, 15 (2), pp.165-167
- Agnew, J. A. (1987), *Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society*. Boston, MA: Allen e Unwin
- Agnew, J. A. (1990), "From political methodology to geographical social theory? A critical review of electoral geography." in R.J. Johnston, F.M. Shelley, e P.J. Taylor (eds.), *Developments in Electoral Geography*. London: Routledge
- Aguiar, Joaquim (1990), "Sociedade fragmentada e clivagens políticas". *Análise Social*, vol. XXV (108-109), pp.545-587
- Aguiar, Joaquim (1994), "Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991) ". *Análise Social* 29.125/126 (1994): 171-236
- Alegria, Maria Fernanda, José Afonso Teixeira, e Jorge Umbelino (1990), "Norte/Sul e Litoral/Interior: duas divisões dicotômicas de Portugal Continental". *Finisterra* 25.49, pp.1-55
- Almeida, João Ferreira de (1984), "Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês". *Análise Social*, vol. XX (84), pp. 583-620
- Almeida, Sónia Vespeira de (2007), "«A caminhada até às aldeias»: A ruralidade na transição para a democracia em Portugal". *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 11 (1), pp. 115-139.
- André, Isabel (1988), "O comportamento urbano nas legislativas" em Jorge Gaspar e Isabel Margarida André (1990). *Geografia Eleitoral (I) Coletânea de artigos*. Lisboa: CEG, pp.137-160
- Augusto, Nuno Miguel (2008), "A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização". *Revista Crítica de Ciências Sociais* 81, pp. 155-177
- Bartels, Larry M. (2008), "The study of electoral behavior.". Documento de trabalho disponível em: <https://www.princeton.edu/~bartels/electoralbehavior.pdf>
- Baybeck, B. e R. Huckfeldt (2002), "Urban contexts, spatially dispersed networks, and the diffusion of political information". *Political Geography*, 21 (2), pp.195-220

- Berelson, Bernard R., Paul F. Lazarsfeld, e William N. McPhee (1954), *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago: University of Chicago Press
- Blais, André (2006), “What affects voter turnout?”. *Annual Review of Political Science*, v.9, pp. 111-125
- Borga, Marcos (2015). “Governo caiu na Assembleia. Decisão nas mãos de Cavaco” (online). Expresso. Consultada em 3 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-11-10-Governo-caiu-na-Assembleia.-Decisao-nas-maos-de-Cavaco>
- Botero, P., Vega, M. & M. Orozco (2012), “Relaciones intergeneracionales: implicaciones en procesos de formación política en jóvenes”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10 (2), pp. 897-911
- Busch, Marc L. e Eric Reinhardt (2005), “Industrial location and voter participation in Europe”. *British Journal of Political Science* 35.04, pp.713-730
- Cabral, M. V. (1995), “Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais”. *Análise Social*, vol. XXX, n.º 130, pp. 175-206
- Cabral, M. V. (1998), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 146-147, pp. 381-414
- Caetano, José, Aurora Galego e Sofia Costa (2005), “Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos socioeconómicos”. *Análise Social* nº 175, Verão, pp.255-278
- Campbell, A., P. E. Converse, W. E. Miller e D. E. Stokes (1960), “The American Voter”. Nova Iorque: Wiley
- Campbell, Angus e Robert L. Kahn (1952), “The People Elect a President”. Ann Arbor, MI. Survey Research Center: Institute for Social Research, University of Michigan
- Clarke, Harold D., Kornberg, Allan, McIntyre, Chris, Bauer-Kaase, Petra, e Kaase, Max (1999), “The effect of economic priorities on the measurement of value change: new experimental evidence”. *American Political Science Review*, 93, nº3, pp. 637-647
- Dalton, Russell J. (1996), “Political cleavages, issues, and electoral change”. *Comparing Democracies: Elections and voting in global perspective* 2, pp: 319-42
- Dalton, Russell J., and Martin P. Wattenberg (1993), “The not so simple act of voting”. *Political science: The state of the discipline II*, pp. 193-218

- Davis, Darren W. e Davenport, Christian (1999), “Assessing the validity of the postmaterialism index”. *American Political Science Review*, 93, nº3, pp. 649-664
- Downs, A. (1957), *An economic theory of political action in a democracy*. London: Addison Wesley
- Ethington, P. J. & J.A. McDaniel (2007), “Political Places and Institutional Spaces: The Intersection of Political Science and Political Geography”. *Annual Review of Political Science*, 10 (1), pp.127-142
- Fernandes, António Teixeira (2002), “Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp.209-212
- Fernandes, Jorge M. (2016), “The seeds for party system change? The 2015 Portuguese general election”. *West European Politics* 39.4, pp.890-900
- Ferrão, João (1985), “Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81) ”. *Análise Social* 21.87/88/89, pp. 565-604
- Flanagan, S., e R. Dalton (1985, 1990), “Models of change”, in P. Mair (org.), *The West European Party System*. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 232-246.
- Frain, Maritheresa (1996), “O PSD como partido dominante em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXXI (138), pp. 975-1005.
- Freire, André (2000), “Clivagens, conjuntura económica e comportamento eleitoral em Portugal: uma análise das legislativas de 1995 com dados agregados”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 32 (2000): 23-54.
- Freire, André (2001), *Modelos do comportamento eleitoral*. Oeiras: Celta Editora
- Freire, André (2001a), *Mudança Eleitoral em Portugal – clivagens, Economia e Voto em eleições legislativas, 1983-1999*. Oeiras: Celta Editora
- Freire, André (2001b), “Religião e política em Portugal, Irlanda e Noruega”, in Manuel Villaverde Cabral, J. M. Pais e J. Vala (eds.), *Religião e Bioética*. Lisboa: ICS
- Freire, André (2002), “Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário”. *Análise Social*, pp. 121-149.
- Freire, André (2005), “Party System Change in Portugal, 1974-2005: the role of Social, Political and Ideological Factors”. *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4 (2), pp. 21-40
- Freire, André, e Michael Baum (2001), “Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização”. *Análise Social*, vol. XXXVI, nº 158-159, p.9-41

- Gaspar, Jorge (1987), “Le vote rural au Portugal” em Jorge Gaspar e Isabel Margarida André (1990), *Geografia Eleitoral (I) Coletânea de artigos*. Lisboa: CEG
- Gaspar, Jorge e André, Isabel (1989), “Portugal- Geografia Eleitoral: 1975-1987” em Mário Batista Coelho (coords.), *Portugal: o sistema partidário e constitucional, 1974-1987*. Lisboa: ICS, pp. 257-277
- Gaspar, Jorge e Isabel Margarida André (1990), *Geografia Eleitoral (I) Coletânea de artigos*. Lisboa: CEG
- Gaspar, Jorge e Nuno Vitorino (1976), *As eleições de 25 de abril: geografia e imagem dos partidos*. Lisboa: Livros Horizonte
- Gaspar, Jorge, Diogo de Abreu, João Ferrão e Christopher Jensen-Butler (1989), *Portugal: os próximos 20 anos – vol. IV – Ocupação e Organização do Espaço- uma prospetiva*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian
- Gaspar, Jorge, Isabel André e Fernando Honório (1984), “As eleições para a Assembleia da República 1979-1983” em Jorge Gaspar, Isabel Margarida André e Fernando Honório (1990), *Geografia Eleitoral (II) coletânea de artigos*. Lisboa: CEG, pp. 83-173
- Gaspar, Jorge, Isabel Margarida André e Fernando Honório (1990a), *Geografia Eleitoral (II) Coletânea de artigos*. Lisboa: CEG
- Guedes, Nuno (2012), “Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991-2009)”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68 (2012), pp. 103-125
- Harding, Stephen, e Philips, David (com Fogarty, Michael) (1986), *Contrasting Values in Western Europe. Unity, Diversity & Change*. Hong Kong: The Macmillan Press.
- Inglehart, Ronald (1971) “The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-industrial Societies.” *American Political Science Review*, 65 (December), pp.991–1017
- Inglehart, R. (1977), *The Silent Revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton University Press
- Jalali, Carlos (2008), “No meio está a virtude? As preferências e posições de eleitores e partidos nas legislativas de 2005” comunicação apresentada na conferência “Os contextos do voto em Portugal: perspetivas sobre as eleições legislativas e presidenciais”, ICS, 29 e 30 de Março de 2007, Lisboa.
- Jalali, Carlos e Rui Cabral (2003), “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspetivas futuras”. *Análise Social*, vol. XXXVIII, pp. 547-552

- Johnston, R. e C Pattie (2006), *Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain*. USA: Oxford University Press
- Johnston, Ron (2005), “Anglo-American Electoral Geography: Same Roots and Same Goals, but Different Means and Ends?”. *The Professional Geographer* 57.4 (2005), pp. 580-587.
- Johnston, R., F. Shelley e P. Taylor (eds.) (1990), “Developments in Electoral Geography”. London/New York: Routledge
- Justel, M. (1995), *La abstención Electoral en España, 1977-1993*. Madrid: CIS/Siglo XXI
- Lipset, S. M., e Rokkan S. (1992), “Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores” em Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva
- Lipset, Seymour M. and Stein Rokkan (1967), “Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction” in Seymour M. Lipset e Stein Rokkan (eds.), *Party Systems and Voter Alignments*. New York: Free Press, pp. 1-64
- Lisi, Marco (2011), *Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação*. Coimbra: Almedina
- Lisi, Marco, Riccardo Marchi e Ana Maria Evans (2013), “Participação política e qualidade da democracia” em António Costa Pinto, Luís de Sousa e Pedro Magalhães, *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-77
- Lobo M. C. (2007), “Resposta à recensão de Joaquim Aguiar «O discurso do eleitorado»”. *Análise Social*, vol. XLII (182), 317-324
- Lobo, M. Costa (1996), “A evolução do sistema de partidos a luz de desenvolvimentos políticos e económicos”. *Análise Social*, 136, pp. 1085-1116
- Lobo, Marina Costa (2001), “The role of political parties in Portuguese democratic consolidation”. *Party Politics* 7.5, pp. 643-653
- Lusa (2003). “Divisão entre Litoral e interior está a esbater-se” (online). Público. Consultado em 18 de Agosto de 2016. Disponível em: www.publico.pt/local-lisboa/jornal/divisao-entre-litoral-e-interior-esta-a-esbaterse-200013
- Machado, Ângela Montalvão (2009), “O Binómio «Esquerda/Direita» no Portugal pós-25 de Abril”. *Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais*, nº9, pp.23-57
- Magalhães, Pedro (2008), “Redes sociais e participação eleitoral em Portugal”. *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), pp. 473-504

- Magalhães, Pedro e Jesus Sanz Moral (2008), *Os jovens e a política*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP)
- March, Luke, e André Freire (2012), "A esquerda radical em Portugal e na Europa: marxismo, "mainstream" ou marginalidade?". Vila do Conde: QuidNovi
- Martin, P. (2008), "Analyse géographique des évolutions électorales" in P. Bréchon (org.) *Les élections présidentielles en France : quarante ans d'histoire politique*. Etudes de la documentation. Paris: La Documentation Française, pp. 155-180
- Martins, Oliveira (2014), "História de Portugal". Edições Vercial
- Nataf, Daniel (1995), *Democratization and social settlements: the politics of change in contemporary Portugal*. SUNY Press
- Nazareth, J. M. (1984), "Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais". *Análise Social*, vol. XX (81-82), pp. 237-262
- Nazareth, J. Manuel (1988), *Portugal - Os próximos 20 anos: Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Nie, N. H., S. Verba e J. R. Petrocik, (1976), *The changing American Voter*. Cambridge: Harvard University Press
- Pattie, Charles, Daniel Dorling e Ron Johnston (1997), "The electoral geography of recession: local economic conditions, public perceptions and the economic vote in the 1992 British general election". *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 22, nº2 pp.147-161
- Pereira, José Santana (2016), "A esquerda radical no período pós-2009: nada de (muito) novo em Portugal?". *Oficina do Historiador* 9.1 pp. 58-77
- Rodrigues, Teresa Ferreira; Lopes, João Teixeira; Baptista, Luís; Moreira, Maria João Guardado (coords.) (2009), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento
- Santo, Paula do Espírito (2006), *Sociologia política e eleitoral- modelos e explicações do voto*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Siegfried, André (1913,1995), *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*. Paris: Armand Colin
- Siegfried, André (1949), *Géographie Electorale de l'Ardèche sous la IIIe République*. Paris: Armand Colin

Taylor, Peter James e John William House (1984), *Political geography: recent advances and future directions*. Rowman & Littlefield

Taylor, Peter John, e Johnston, Ronald John (1979), *Geography of elections*. Croom Helm

Teixeira, Conceição Pequito e Azevedo, Filipe Charters de (2007), “Descontentes ou desafectos? - As atitudes dos portugueses em relação aos partidos políticos”, comunicação apresentada na conferência “Os contextos do voto em Portugal: perspetivas sobre as eleições legislativas e presidenciais”, ICS, 29 e 30 de Março de 2007, Lisboa.

Tingsten, Herbert (1937), *Political Behaviour: Studies in Election Statistics*. London: P. S. King & Son.

Trujillo, José Manuel and Ortega, Carmen (2015), “An Ecological Study of the Socialist Vote in Rural and Urban Areas in Andalusia, 1999-2011”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 152, pp. 143-164

ANEXOS

ANEXO A – CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

1. DADOS INCLUÍDOS NA BASE DE DADOS FORMULADA EM SPSS

- *Dados Eleitorais* - Número de inscritos, de votantes, de votos em branco, de votos nulos e respetiva percentagem de cada um; número e percentagem de votos que cada partido teve nesse ano em cada município;
- *Dados Contextuais e demográficos* - Municípios portugueses; regiões eleitorais; ano eleitoral; densidade populacional de cada município; população residente; população feminina; população idosa (65 ou mais anos); população jovem (dos 15-24 anos) e remuneração média da população de cada município; clivagem Rural/Urano; a clivagem Litoral/Interior e a clivagem Norte/Sul.

2. CONSTITUIÇÃO DAS REGIÕES ELEITORAIS

Jorge Gaspar (1981,1990) agrupou os municípios em 9 regiões. Todavia, dada a alteração municipal (aparecimento de novos municípios) urgiu a necessidade de recurso a outras fontes.²⁶

Região	Constituição
Algarve (ALG)	Municípios do distrito de Faro
Alentejo (ALENT)	Municípios dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines do distrito de Setúbal
Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Municípios de Setúbal que não estão integrados na região do Alentejo, mais o município de Benavente do distrito de Santarém, os municípios de Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Mafra, Sobral do Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira do distrito de Lisboa
Centro Litoral (CLIT)	Restantes municípios do distrito de Lisboa não incluídos na A.M.L, a totalidade dos municípios de Santarém (com exceção a Benavente), a totalidade dos municípios do distrito de Leiria e os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos pertencentes ao distrito de Aveiro

²⁶ As obras notáveis de Jorge Gaspar não abrangem o espaço temporal das alterações municipais o que justificou o recurso a outras referências teóricas: Rodrigues *et al.*, 2009; Nazareth, 1988.

Norte e Centro Interior (NCINT)	Municípios dos distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real
Área Metropolitana do Porto (AMP)	Municípios de Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Matosinhos, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia pertencentes ao distrito do Porto e o município de Espinho do distrito de Aveiro.
Norte Litoral (NLIT)	Totalidade dos municípios dos distritos de Braga e Viana do Castelo, pelos municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Santo Tirso do distrito do Porto, e pelos municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Ovar, São João da Madeira e Vale de Cambra do distrito de Aveiro

3. CONSTITUIÇÃO DAS CLIVAGENS

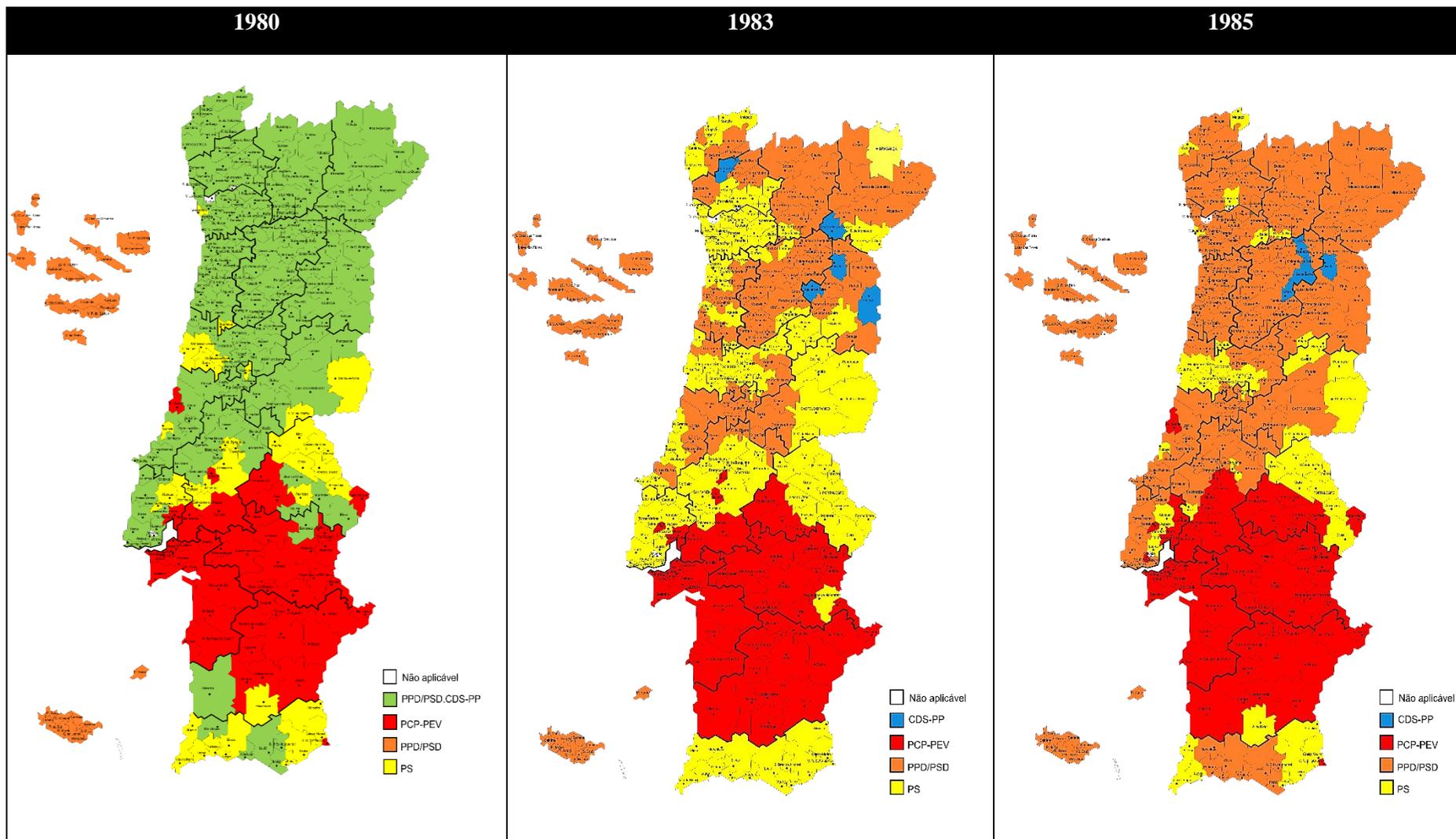
Clivagem Litoral/Interior	Constituição
Litoral	Todos os municípios do Algarve juntamente com Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Estarreja, Santa Maria da Feira, Ílhavo, Murto, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos, Vale de Cambra, Odemira, Ourique, Barcelos, Esposende, Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Soure, todos os municípios do distrito de Leiria à exceção de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão, todos os municípios do distrito de Lisboa à exceção da Azambuja, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Trofa, todos os municípios do distrito de Setúbal, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira
Interior	Todos os municípios não mencionados na categoria acima.

4. FONTES DOS DADOS OBTIDOS PARA A FORMULAÇÃO DA BASE EM SPSS:

Ano Eleitoral	Dados eleitorais	Densidade Populacional	População Residente	População Idosa	População Jovem	População Feminina	Remuneração média mensal
1980	SGMAI	PORDATA - 1981	PORDATA - 1981	PORDATA - 1981	PORDATA - 1981		
1983	SGMAI						
1985	SGMAI						PORDATA - 1985

1987	SGMAI						Média dos anos 1981 e 1991 (PORDATA)
1991	SGMAI	Média dos anos de 1981 (INE) e 2001 (PORDATA)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	PORDATA - 1991
1995	SGMAI	Média dos anos de 2009 e 1981	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	
1999	SGMAI	Dados PORDATA relativos a 1998	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	EDPR por sexo e por grupo etário (INE)	
2002	SGMAI	Dados PORDATA - 2001	Dados PORDATA - 2001	Dados PORDATA - 2001	Dados PORDATA - 2001	Dados PORDATA - 2001	PORDATA - 2002
2005	SGMAI	Dados de Rodrigues et al. (2009, 40-74); SRE dos Açores; AE Região Autónoma da Madeira	EPPR - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios – 2005; SRE dos Açores; AE Região Autónoma da Madeira – 2005	EPPR - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios – 2005	EPPR - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios – 2005	EPPR - Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios – 2005; SRE dos Açores; AE Região Autónoma da Madeira – 2005	Média dos anos 2002 e 2009 (PORDATA)
2009	SGMAI	Anuário Estatístico Regional do INE	Anuário Estatístico Regional do INE	Anuário Estatístico Regional do INE	Anuário Estatístico Regional do INE	Anuário Estatístico Regional do INE	PORDATA - 2009
2011	SGMAI	PORDATA - 2011	PORDATA - 2011	PORDATA - 2011	PORDATA - 2011	PORDATA - 2011	PORDATA - 2011
2015	SGMAI	PORDATA - 2014	PORDATA - 2014	AE Regionais - Informação estatística à escala regional e municipal – 2014	AE Regionais - Informação estatística à escala regional e municipal – 2014	AE Regionais - Informação estatística à escala regional e municipal – 2014	

ANEXO B – EVOLUÇÃO DO SENTIDO DE VOTO EM PORTUGAL



1987

1991

1995

